

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santos Brasil Participações S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins, que são efetuadas pelas filiais operacionais: Tecon Santos e Tecon Imbituba.

a) Contexto operacional da Companhia:

- A filial operacional Tecon Santos tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, sob contrato de arrendamento com vigência de novembro de 1997 a novembro de 2022, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97.

Em 30 de setembro de 2015, foi celebrado o Quinto Termo de Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/69.97 de 28 de novembro de 1997, referente à filial operacional Tecon Santos, entre a União Federal, por meio da Secretaria de Portos da Presidência da República, e a Companhia, com a interveniência da ANTAQ e da CODESP. O Quinto Aditamento prorroga, de forma antecipada, o prazo de vigência do contrato de arrendamento até 28 de novembro de 2047.

- A filial operacional Tecon Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de abril de 2008 a abril de 2033, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 da Concorrência nº 01/07 - Administração do porto.

Essa filial também incorpora as operações do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba (“TCG Imbituba”), sob contrato de arrendamento e seu aditivo nº 1 com vigência de junho de 2007 a junho de 2032, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de pátios e armazém e com atracação preferencial em berço contíguo aos berços da Tecon Imbituba.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas integrais:

	Participação - %	
	31.12.2019	31.12.2018
Controladas diretas:		
Numeral 80 Participações S.A. (“Numeral 80”) *	100	100
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (“Pará Empreendimentos”) **	100	100
Santos Brasil Logística S.A. (“Santos Brasil Logística”)	100	100
Terminal Portuário de Veículos S.A. (“TPV”)	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A. (“Terminal de Veículos/TEV”)	100	100
Controlada indireta:		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. (“Tecon Vila do Conde”)	100	100

* Companhia dormente;

** Holding.

b) Contexto operacional da controlada Santos Brasil Logística S.A.
 (“Santos Brasil Logística”)

A controlada Santos Brasil Logística, tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada e de desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com contêineres e cargas soltas na importação e exportação e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de entreposto aduaneiro em seus dois Centros Logísticos Industriais Alfandegados - CLIAS.

c) Contexto operacional da controlada Terminal de Veículos de Santos S.A.
 (“Terminal de Veículos/TEV”)

Em janeiro de 2010, a controlada Terminal de Veículos/TEV, por meio de sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos - TEV, sob contrato de arrendamento com vigência até janeiro de 2035, tendo como objeto a administração, a operação e os investimentos nas instalações portuárias, visando à movimentação e armazenagem de veículos, relativos à exportação, importação e cabotagem, nos termos do contrato de arrendamento celebrado naquela data.

Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao Terminal de Veículos/TEV, já prevista no contrato de arrendamento, contemplando aproximadamente 27.500 m², mediante a solicitação e aprovação da Administração do porto.

d) Contexto operacional da controlada Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.
("Tecon Vila do Conde")

A controlada indireta Teccon Vila do Conde tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena no Estado do Pará, desde maio de 2005 até setembro de 2018, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 2 do Contrato nº 14/03, que, até então, era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins, que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.

Em 16 de novembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União - DOU o Extrato do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado entre o Teccon Vila do Conde e a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MTPAC"), com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi à prorrogação antecipada do referido arrendamento portuário até 18 de setembro de 2033.

Exploração de área no cais do Saboó

Em 19 de novembro de 2019, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado que no âmbito do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019 para explorar provisoriamente três áreas no cais do Saboó, na margem direita do Porto de Santos – a sua oferta final pela Área 2 foi considerada a mais vantajosa para o Porto de Santos e, portanto, a melhor classificada.

Trata-se da exploração transitória de uma área de 42.000 m², pelo prazo de 180 dias, onde a Companhia movimentará carga geral, reforçando a sua participação no Porto de Santos e a ampliação dos serviços ofertados à sua base atual e potencial de clientes, também na margem direita do porto.

A Companhia aguarda o trâmite legal de finalização do processo seletivo para assinatura do contrato.

Compromissos assumidos nos contratos:

i. Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Teccon 1 com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

A filial operacional Teccon Santos, além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu compromisso referente ao lance no montante de R\$74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período, conforme contrato inicial), corrigidas anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Também efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela CODESP com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias.

Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de embarques e desembarques nas operações dos navios. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito à multa de até 2% do somatório das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento.

Em razão do Quinto Aditamento ao contrato original, a Companhia assumiu o compromisso de investir, o montante de R\$1.276.859 em obras e demais intervenções para garantir a consolidação de um terminal que alcance a capacidade dinâmica mínima de 1.500.000 contêineres por ano. O projeto executivo referente aos investimentos aprovados foi protocolado na Secretaria Especial de Portos - SEP em 29 de setembro de 2016. Caso o valor investido seja inferior ao compromissado, a diferença deverá ser paga em parcela única à CODESP. Será incorporada ao contrato de arrendamento da filial operacional Tecon Santos a área de 13.346 m², mediante a conclusão da extensão de 220 m² do cais público.

Esse aditamento alterou o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC, a partir de 1º de outubro de 2015, que prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores caso não seja atingida ou exceda a MMC, conforme nota explicativa nº 16. A partir do final do ano de 2020 ou da conclusão dos investimentos previstos a MMC passará de 513.000 contêineres por ano para 590.000 contêineres por ano.

As instalações em exploração e os bens de propriedade da CODESP, em utilização pela filial, devem ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, tais como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão revertidos a favor da CODESP após o término ou a extinção do contrato.

Em 05 de novembro de 2019, realizou-se a 468ª Reunião Ordinária da Diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, onde deliberaram sobre o pedido de revisão do cronograma de investimentos referente ao Quinto Aditamento. A ANTAQ manifestou-se favoravelmente à revisão do cronograma de investimentos, e o processo foi remetido ao Ministério da Infraestrutura para decisão, elaboração e assinatura do competente Termo Aditivo.

- ii. Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Tecon Imbituba com a SCPAR Porto de Imbituba S.A. - SCPAR, sucessora da Companhia Docas de Imbituba - CDI

A filial operacional Tecon Imbituba, compondo a parcela fixa do arrendamento, tem o compromisso de pagamento mensal pelo uso da área total arrendada, conforme nota explicativa nº 16.

O compromisso de investimentos mínimos contempla obras de ampliação da retroárea, bem como construção de área administrativa, *gates* e armazém, obras de reforço e contenção de berço e expansão desse berço em mais 120 metros. Inclui, também, a aquisição de equipamentos para o cais e a retroárea compatíveis com as instalações, ou seja, guindastes móveis de cais (“*Mobile Harbour Crane - MHC*”), *reach stackers*, caminhões com reboques e empilhadeiras. Novos equipamentos de cais e retroárea devem ser comprados no decorrer dos anos, para repor os existentes e aumentar a capacidade de movimentação do Terminal.

Compondo a parcela variável do arrendamento, existe o compromisso de pagamento mensal pelo uso da infraestrutura terrestre, conforme nota explicativa nº 16.

Existe, também, o compromisso de movimentação mínima pelo Terminal de 65.000 contêineres no primeiro ano de atividade, 150.000 contêineres no segundo ano de atividade, 280.000 contêineres no terceiro ano de atividade e 360.000 contêineres a partir do quarto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 16.

Padrões operacionais foram estabelecidos de modo que a Tecon Imbituba deve realizar, no mínimo, 6 movimentos por hora por terno, quando utilizado recurso de bordo, e, no mínimo, 15 movimentos por hora por terno, quando utilizado MHC.

Em 1º de julho de 2016, a Companhia protocolou, o pedido de recomposição de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba, no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, até o presente momento o mérito não foi apreciado pelo mesmo. Sendo assim, nenhum efeito contábil foi reconhecido nessas demonstrações contábeis.

iii. Compromissos principais do contrato de exploração do TCG Imbituba com a SCPAR, sucessora da CDI

A filial operacional TCG Imbituba tem compromisso de investimentos mínimos que contemplam ampliação de armazém em 1.500 m², construção de novo armazém de 3.000 m², reparos na pavimentação, nas ruas, nas cercas e nos portões, implantação de instalações e redes de serviços e ampliação da capacidade de contêineres refrigerados. Além disso, o contrato prevê a implantação do *ISPS Code* e do Plano de Segurança Pública Portuária - PSPP do Porto de Imbituba, bem como a aquisição de equipamentos próprios para movimentação de carga geral.

O Terminal é obrigado a pagar por tonelada movimentada, mensalmente, a título da área arrendada, e por tonelada por navio, a título de remuneração de infraestrutura terrestre, conforme nota explicativa nº 16.

O Terminal tem compromisso de movimentação mínima de carga geral de 120 mil toneladas no primeiro ano de atividade, 140 mil toneladas no segundo ano de atividade, 180 mil toneladas no terceiro ano de atividade e 200 mil toneladas do quarto ano de atividade até o término do contrato. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 16.

iv. Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Terminal de Veículos/TEV com a CODESP

A Terminal de Veículos/TEV tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo Terminal de 182.931 veículos no segundo ano de atividade, 214.147 veículos no terceiro ano de atividade, 250.691 veículos no quarto ano de atividade, 293.470 veículos no quinto ano de atividade e 300.000 veículos a partir do sexto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 16.

O compromisso de investimentos contempla, principalmente, as construções de acesso externo ao Terminal e ao cais público e a construção de *gate* e guarita para acesso interno do Terminal.

Compondo a parcela mensal do arrendamento, existem os compromissos de pagamento pelo uso da área total arrendada e da infraestrutura. Existe, também, o compromisso de pagamento por veículo movimentado, conforme nota explicativa nº 16.

v. Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Tecon Vila do Conde com a Companhia Docas do Pará - CDP

O Tecon Vila do Conde tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de, pelo menos, 20.000 m² do lote A e aquisição de equipamentos necessários para que este esteja apto a movimentar, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do contrato.

Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração do Tecon Vila do Conde, a controlada está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado e tonelada movimentada de carga unitizada, conforme nota explicativa nº 16. As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pelo Tecon Vila do Conde, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão revertidos à CDP após o término ou a extinção do contrato.

O Tecon Vila do Conde tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do Terminal ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas de aluguéis mensais acrescidas, em setembro de cada ano, da reposição da inflação por meio do IGP-M.

Em razão do Oitavo Aditamento ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2033, o montante de R\$129.044 em ampliação, equipamentos e sistemas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRSs*”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 03 de março de 2020.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis anuais no qual o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos, foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3.a).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 1 – contexto: determinação se de fato a Companhia detém o controle;
- Nota explicativa nº 17 – classificação de arrendamento mercantil.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 11 e 12 – teste de redução do valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota explicativa nº 15 – reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis;
- Nota explicativa nº 24 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro;
- Nota explicativa nº 26 – mensuração de obrigações de benefícios: principais premissas atuariais.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“inputs”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 23 – Plano de opção de compra de ações; e
- Nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e por suas controladas, de maneira consistente, em todos os exercícios apresentadas nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto para o item a) abaixo.

a) Mudança nas políticas contábeis

IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil)

A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações contábeis do exercício de aplicação inicial foi concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais do Centro de Distribuição localizado em São Bernardo do Campo - SP, bem como a substituição da despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização linear de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia e suas controladoras aplicaram a IFRS 16 inicialmente usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 foi reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia e suas controladoras utilizaram vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17. Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

O impacto da adoção inicial da CPC 06 (R2) / IFRS 16 foi de R\$31.308, na rubrica “Arrendamento mercantil” no Ativo Imobilizado e no passivo, sendo R\$4.900 no circulante e R\$26.408 no não circulante, tendo como contrapartida a rubrica “Direito de uso” no ativo, conforme nota explicativa nº 17.

A Companhia e suas controladas não são obrigadas a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia e suas controladas tenham definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia e suas controladas devem definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia e suas controladas passaram a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

b) Base de consolidação

Controladas

As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações contábeis.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações contábeis são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do exercício de apresentação.

d) Receita operacional

A receita de serviços é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembarço aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou do embarque no navio da carga exportada. As operações logísticas são referentes, principalmente, ao transporte e à armazenagem nos centros de distribuição. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado, quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com o contrato do cliente, e a receita de frete é reconhecida quando ocorre a entrega da mercadoria que foi armazenada.

e) Instrumentos financeiros e de patrimônio

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

Instrumentos de patrimônio

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

f) Ajuste a valor presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos de liquidação serem inferiores há 60 dias.

g) Estoques

Os estoques, representados, principalmente, por itens de manutenção, são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo, ou que estejam sob controle comum, são avaliados pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

i) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando necessário.

Os equipamentos de carga apresentados no imobilizado são equipamentos não reversíveis ao final dos contratos de arrendamentos.

O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j) Ativos intangíveis

Direito de exploração

O direito de exploração é reconhecido mediante aos contratos de arrendamentos de áreas portuárias em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo, em rubrica especialmente criada para esse fim “Obrigações com poder concedente”.

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis.

O ágio gerado nas aquisições de entidades que detêm direitos de exploração é amortizado pelo prazo do contrato e não leva em consideração a renovação.

Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

Gastos subsequentes

Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

k) Ativos arrendados

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06 (R1) / IAS 17 e ICPC 03 / IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06 (R1) / IAS 17 e ICPC 03 / IFRIC 4 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero.

A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia e suas controladas atuam como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia e suas controladas considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia e suas controladas são arrendadores intermediários, contabilizam seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia e suas controladas, como arrendatários, contabilizam aplicando a isenção descrita acima e classificam o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 47 / IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia e suas controladas aplicam os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia e suas controladas também revisam regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia e suas controladas reconhecem os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia e suas controladas como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2) / IFRS 16, exceto para a classificação do subarrendamento celebrado durante o período do relatório atual que resultou em uma classificação de arrendamento financeiro.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1º de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas determinaram se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
 - fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(i) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia e suas controladas classificaram os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

Quando a Companhia e suas controladas atuaram como arrendador, determinaram, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia e suas controladas fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia e suas controladas consideraram certos indicadores, como se o prazo do arrendamento referia-se à maior parte da vida econômica do ativo.

1) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (“*forward-looking*”).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”:

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m) Benefícios a empregados

Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (“*vesting date*”).

Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (“*non-vesting conditions*”), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Plano de contribuição definida

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, conforme nota explicativa nº 4.e).

Assistência médica complementar

Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 26.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

p) Imposto de renda e contribuição social

Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações contábeis e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

q) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

r) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

s) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia optou por classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento, e os dividendos e juros sobre o capital próprio, recebidos como fluxo de caixa de investimento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

t) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

u) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 / IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 / IAS 1 e CPC 23/ IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Dividendos a receber – controladora

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo circulante:		
Dividendos a receber:		
Controladas diretas:		
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	1.322	-
Santos Brasil Logística S.A.	-	2.434
Terminal de Veículos de Santos S.A.	2.310	2.032
	<u>3.632</u>	<u>4.466</u>

b) Outros saldos relevantes

	Controladora		Consolidado (*)	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes (I)	428	352	1.258	1.502
Contas correntes (II)	1.035	801	1.035	801
	<u>1.463</u>	<u>1.153</u>	<u>2.293</u>	<u>2.303</u>
Passivo circulante:				
Fornecedores	830	1.149	1.258	1.502
Contas correntes (II)	-	-	1.035	801
	<u>830</u>	<u>1.149</u>	<u>2.293</u>	<u>2.303</u>

(*) Valores eliminados na consolidação

- (I) A Companhia e suas controladas prestam serviços portuários e de transporte entre si, conforme nota explicativa nº 4.c);
- (II) Referem-se à provisão de despesas com serviços administrativos compartilhados prestados pela Companhia às suas controladas.

c) Prestação de serviço portuário

A filial operacional Tecon Santos prestou, no período de janeiro a dezembro de 2019, serviços portuários à controlada Santos Brasil Logística de: (i) entrega imediata de contêineres, no montante de R\$1.305 (R\$540 em 31 de dezembro de 2018), referente a 5.414 contêineres movimentados (2.310 contêineres em 31 de dezembro de 2018); (ii) inspeção não invasiva de contêineres, no montante de R\$999 (R\$1.978 em 31 de dezembro de 2018), referente a 10.000 contêineres (11.292 contêineres em 31 de dezembro de 2018); e (iii) monitoramento *reefers*, no montante de R\$24 (R\$6 em 31 de dezembro de 2018), referente a 46 contêineres (12 contêineres em 31 de dezembro de 2018).

A controlada Santos Brasil Logística prestou, no mesmo período à filial operacional Tecon Santos: (i) serviço de transporte de contêineres, no montante de R\$7.454 (R\$11.601 em 31 de dezembro de 2018), referente a 8.699 contêineres (13.741 contêineres em 31 de dezembro de 2018); (ii) agenciamento de carga, no montante de R\$63 (R\$31 em 31 de dezembro de 2018), referente a 2.344 contêineres (1.158 contêineres em 31 de dezembro de 2018); e (iii) outros serviços, no montante de R\$7.

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Santos Brasil Logística prestou, no mesmo período, ao Tecon Vila do Conde, serviço de transporte rodoviário no montante de R\$30.

d) Remuneração do pessoal-chave

	Controladora			
	31.12.2019		31.12.2018	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	1.835	10.644	1.770	11.482
Outros benefícios	-	515	-	553
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	-	2.788	-	5.794
Total	<u>1.835</u>	<u>13.947</u>	<u>1.770</u>	<u>17.829</u>

	Consolidado			
	31.12.2019		31.12.2018	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	1.857	10.891	1.792	11.873
Outros benefícios	-	515	-	553
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	-	2.788	-	5.794
Total	<u>1.857</u>	<u>14.194</u>	<u>1.792</u>	<u>18.220</u>

Nos valores da Diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Certos diretores são signatários de Acordo de Confidencialidade e Não Competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato.

Os diretores acionistas possuem 0,38% das ações com direito a voto da Companhia.

e) Benefícios a colaboradores – Consolidado

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores, benefícios que englobam basicamente plano de previdência privada com contribuição definida administrada pela Brasilprev, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão-alimentação, vale-refeição e refeições prontas. Em 31 de dezembro de 2019, os benefícios supramencionados representaram a despesa de R\$52.078 (R\$51.147 em 31 de dezembro de 2018), correspondentes a 5,35% e 5,55% da receita líquida consolidada, respectivamente.

A filial operacional Tecon Santos e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR, sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Em 31 de dezembro de 2019, apenas a controlada Santos Brasil Logística tinha provisionado o montante de R\$164, a Companhia e as demais controladas, por não atingirem tais metas e/ou critérios não possuíam provisão para plano de participação nos resultados (R\$3.812 em 31 de dezembro de 2018).

f) Avais e fianças

A Companhia presta garantias às suas controladas conforme segue:

- Aval da aquisição de carretas, para o Tecon Vila do Conde, no montante de R\$1.227;
- Aval da aquisição de caminhões, para o Tecon Vila do Conde, no montante de R\$1.482;
- Devedor solidário da aquisição de guindaste, para o Tecon Vila do Conde, no montante de EUR 3.635, equivalente a R\$16.468;
- Devedor solidário da aquisição de empilhadeira de cheio, para o Tecon Vila do Conde, no montante de EUR 678, equivalente a R\$3.073;
- Devedor solidário da aquisição de empilhadeira de vazio, para o Tecon Vila do Conde, no montante de EUR 271, equivalente a R\$1.228.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS E NATUREZA DAS APLICAÇÕES

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e saldo em bancos	2.550	18.476	5.991	23.380
Aplicações financeiras	105.912	170.593	260.385	230.283
Total	<u>108.462</u>	<u>189.069</u>	<u>266.376</u>	<u>253.663</u>

b) Outras aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Aplicações financeiras	<u>159.067</u>	<u>-</u>	<u>159.067</u>	<u>-</u>

c) Natureza das aplicações financeiras

	Taxas médias -		Controladora	
	% CDI	Vencimento	31.12.2019	31.12.2018
Fundos de investimento (*)	94,38	Indeterminado	<u>264.979</u>	<u>170.593</u>

(*) Fundo não exclusivo

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	Consolidado	
			31.12.2019	31.12.2018
Fundos de investimento (*)	94,83	Indeterminado	<u>419.452</u>	<u>230.283</u>

(*) Fundo não exclusivo

As aplicações financeiras de curto prazo, consideradas como equivalentes de caixa possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As taxas médias das aplicações financeiras, apresentadas anteriormente, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2019 e estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante

	Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
No País	90.739	81.944
A Faturar	3.112	-
Partes relacionadas (nota explicativa nº 4.b))	428	352
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(12.927)	(14.347)
Total	<u>81.352</u>	<u>67.949</u>

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
No País	129.694	129.345
A Faturar	5.072	-
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(14.334)	(15.976)
Total	<u>120.432</u>	<u>113.369</u>

Em 31 de dezembro de 2019, três clientes possuem saldo entre 8% e 5% cada um.

Em 31 de dezembro de 2019, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$1.258 (R\$1.502 em 31 de dezembro de 2018), referente aos valores a receber entre a Companhia e suas controladas, decorrente do faturamento de prestação de serviço e dos serviços administrativos compartilhados, conforme nota explicativa nº 4.b).

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
Créditos a vencer	45.692	41.817
Créditos em atraso até 60 dias	22.629	21.156
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	6.231	2.941
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	9.971	5.640
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	5.607	2.332
Créditos em atraso há mais de 361 dias	4.149	8.410
Total	94.279	82.296

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Créditos a vencer	75.492	76.630
Créditos em atraso até 60 dias	29.523	28.637
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	7.098	4.044
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	11.165	7.050
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	5.899	3.539
Créditos em atraso há mais de 361 dias	5.589	9.445
Total	134.766	129.345

Redução por perda do valor recuperável

A Companhia aplicou, em 2018, o seu modelo de apuração da provisão para perdas de crédito esperadas, em razão das mudanças introduzidas pela entrada em vigor do CPC 48 / IFRS 9.

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Para tanto, são considerados os créditos vencidos e a vencer para cálculo e constituição da provisão.

Os quadros a seguir refletem a variação da provisão para perdas de crédito esperadas e os títulos baixados ao resultado na controladora e no consolidado.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2018	14.347	15.976
Adições, líquida de reversões	13.705	14.986
Baixas	(15.125)	(16.628)
Saldo em 31.12.2019	12.927	14.334

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2017	12.233	13.943
Adições, líquida de reversões	9.291	10.090
Baixas	(7.177)	(8.057)
Saldo em 31.12.2018	14.347	15.976

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Material de manutenção	17.724	18.305	20.839	21.233
Material administrativo	308	307	418	412
Material de segurança	271	258	470	455
Outros	853	851	1.044	1.029
	<u>19.156</u>	<u>19.721</u>	<u>22.771</u>	<u>23.129</u>

Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.

8. PRECATÓRIOS – CONSOLIDADO

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Ativo não circulante:		
Precatórios a receber	<u>5.605</u>	<u>5.422</u>
Passivo não circulante:		
Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (*)	<u>4.484</u>	<u>4.338</u>

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outras obrigações”, no passivo não circulante.

A controlada Santos Brasil Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pago pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de dezembro de 2019 apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecida no ativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor do passivo não circulante foi ajustado, considerando a correção citada no parágrafo anterior. O contrato de aquisição da Santos Brasil Logística prevê que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

9. ATIVO FISCAL CORRENTE

	Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.395	2.448
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	47	47
Outros	4	82
Total do circulante	<u>3.446</u>	<u>2.577</u>
	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.492	2.559
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	910	87
Crédito a recuperar de Fundo de Desenvolvimento e Administração da Arrecadação e Fiscalização - FUNDAF	969	9.295
Créditos de Programa de Integração Social - PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.850	-
Outros	255	354
Total do circulante	<u>7.476</u>	<u>12.295</u>

Os créditos consolidados de IRRF, no montante de R\$3.492 (R\$2.559 em 31 de dezembro de 2018), referiam-se, principalmente, a aplicações financeiras.

Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$910 (R\$87 em 31 de dezembro de 2018), referiam-se, principalmente a antecipações nas apurações mensais. Tais créditos serão compensados nas apurações dos exercícios futuros.

Os créditos consolidados de PIS e COFINS, no montante de R\$1.850, referiam-se à controlada Tecon Vila do Conde, que impetrou mandado de segurança no intuito de excluir o ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi considerado procedente, gerando o direito creditório, referente ao período de outubro de 2012 a dezembro de 2019. Tais créditos estão sendo compensados nas apurações mensais das próprias contribuições.

Os créditos consolidados de FUNDAF, no montante de R\$969, referiam-se, a recolhimento indevido na controlada Tecon Vila do Conde, conforme artigo 6º do Decreto-Lei nº 1437/75, decorrentes de pagamentos efetuados no período de janeiro de 2014 a abril de 2017. Em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$9.295, referiam-se à controlada Santos Brasil Logística, decorrentes de pagamentos efetuados no período de maio de 2013 a setembro de 2018.

10. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

a) Composição dos saldos

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo não circulante:		
Participações em controladas	398.460	384.690

b) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2018

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	142	22	70.112	147.428	166.986	384.690
Aporte de capital	200	40	135	-	-	375
Equivalência patrimonial	(135)	(28)	26.246	(991)	9.727	34.819
Dividendo complementar conforme AGO de 30 de abril de 2019 ^(*)	-	-	-	(7.302)	(6.097)	(13.399)
Dividendos mínimos obrigatórios ^(*)	-	-	(1.322)	-	(2.310)	(3.632)
Passivo atuarial – Assistência Médica Complementar	-	-	(965)	(3.386)	(42)	(4.393)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	207	34	94.206	135.749	168.264	398.460

(*) Os dividendos pagos estão sendo apresentados na “Demonstração de Fluxo de Caixa” na rubrica “Atividade de Investimentos”.

c) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2017

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24	7	48.653	140.724	166.465	355.873
Aporte de capital	260	40	115	-	-	415
Equivalência patrimonial	(142)	(25)	21.407	10.248	8.557	40.045
Dividendos mínimos obrigatórios de exercício anterior ^(*)	-	-	-	-	(5.994)	(5.994)
Dividendos mínimos obrigatórios ^(*)	-	-	-	(2.434)	(2.032)	(4.466)
Passivo atuarial – Assistência Médica Complementar	-	-	(63)	(1.110)	(10)	(1.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	142	22	70.112	147.428	166.986	384.690

(*) Os dividendos pagos estão sendo apresentados na “Demonstração de Fluxo de Caixa” na rubrica “Atividade de Investimentos”.

d) Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2019

	Numeral 80 Participações S.A. ^(a)	Terminal Portuário de Veículos S.A. ^(a)	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.
Capital social	1.330	460	84.484	126.374	128.751
Quantidade de ações possuídas:					
Ordinárias	917.966	460.000	84.484.349	115.935.256	204.269.217
Preferenciais	412.034	-	-	115.935.255	-
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(135)	(28)	26.246	(991)	9.727
Patrimônio líquido	207	34	94.206	135.749	168.264
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	207	34	94.206	135.749	168.264
Ativo circulante	202	34	114.898	52.304	43.852
Ativo não circulante	6	-	97.339	172.320	234.601
Total do ativo	208	34	212.237	224.624	278.453
Passivo circulante	1	-	25.538	33.859	11.120
Passivo não circulante	-	-	92.493	55.016	99.069
Total do passivo	1	-	118.031	88.875	110.189
Receita líquida	-	-	105.929	237.211	53.544
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(135)	(28)	26.246	(991)	9.727

(a) Companhia com atividade operacional paralisada.

11. IMOBILIZADO

	Controladora										
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (*)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Outros itens	Total
Taxa de depreciação (% a.a.)	9,4	8,1	-	20	-	10	10	20	1,7	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2018	236	11.211	13.136	5.380	39.943	9.390	2.135	183	1.927	28	83.569
Movimentações											
Aquisições / transferências	1.417	1	24.994	178	-	-	-	-	-	-	26.590
Baixas	-	(267)	(5)	-	-	-	1	(7)	-	-	(278)
Reclassificações (**)	(1.417)	4.508	(9.622)	709	-	38	8	1	(1)	1	(5.775)
Depreciações	(193)	(2.417)	-	(3.003)	-	(2.013)	(504)	(88)	(33)	(8)	(8.259)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	43	13.036	28.503	3.264	39.943	7.415	1.640	89	1.893	21	95.847
Saldos em 31 de dezembro de 2018											
Custo	2.056	58.954	28.503	39.933	39.943	26.987	9.439	1.533	1.955	251	209.554
Depreciação acumulada	(2.013)	(45.918)	-	(36.669)	-	(19.572)	(7.799)	(1.444)	(62)	(230)	(113.707)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	43	13.036	28.503	3.264	39.943	7.415	1.640	89	1.893	21	95.847
Taxa de depreciação (% a.a.)	9,5	8,6	-	20	-	10	10	20	1,7	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2019	43	13.036	28.503	3.264	39.943	7.415	1.640	89	1.893	21	95.847
Movimentações											
Aquisições / transferências	-	876	19.926	258	-	166	103	455	-	96	21.880
Baixas	-	(75)	-	(1)	-	(1)	(2)	-	-	-	(79)
Reclassificações (**)	2.038	(2)	(23.018)	1	-	-	-	-	-	-	(20.981)
Depreciações	(2.001)	(2.548)	-	(1.711)	-	(1.933)	(449)	(47)	(33)	(21)	(8.743)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	80	11.287	25.411	1.811	39.943	5.647	1.292	497	1.860	96	87.924
Saldos em 31 de dezembro de 2019											
Custo	4.092	56.683	25.411	37.807	39.943	27.135	9.530	1.988	1.955	347	204.891
Depreciação acumulada	(4.012)	(45.396)	-	(35.996)	-	(21.488)	(8.238)	(1.491)	(95)	(251)	(116.967)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	80	11.287	25.411	1.811	39.943	5.647	1.292	497	1.860	96	87.924

(*) O valor de adições na rubrica “Imobilizações em andamento” está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(**) Reclassificações, principalmente, para o intangível.

	Consolidado											
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (*)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Direito de uso - Aluguéis	Outros itens	Total
Taxa de depreciação (% a.a.)	6,5 - 9,4	8,1 - 12,5	-	20	-	10	10	20	1,7 - 2,2	-	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2018	3.700	44.538	15.735	6.195	66.369	14.796	24.649	187	21.023	-	43	197.235
Movimentações												
Aquisições / transferências	3.734	3.898	63.327	239	-	321	97	-	-	-	-	71.616
Baixas	-	(455)	(39)	-	-	-	(1)	(7)	-	-	-	(502)
Reclassificações (**)	(2.571)	4.486	(9.860)	710	(1)	57	9	1	-	-	-	(7.169)
Depreciações	(811)	(9.860)	-	(3.499)	-	(3.492)	(4.593)	(92)	(539)	-	(19)	(22.905)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	4.052	42.607	69.163	3.645	66.368	11.682	20.161	89	20.484	-	24	238.275
Saldos em 31 de dezembro de 2018												
Custo	10.844	142.654	69.163	48.817	66.368	44.285	57.453	1.721	27.136	-	635	469.076
Depreciação acumulada	(6.792)	(100.047)	-	(45.172)	-	(32.603)	(37.292)	(1.632)	(6.652)	-	(611)	(230.801)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	4.052	42.607	69.163	3.645	66.368	11.682	20.161	89	20.484	-	24	238.275
Taxa de depreciação (% a.a.)	5,9 - 9,5	8,6 - 12,6	-	20	-	10	10	20	1,7 - 2,2	18,5 - 37,5	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2019	4.052	42.607	69.163	3.645	66.368	11.682	20.161	89	20.484	-	24	238.275
Movimentações												
Aquisições / transferências	-	5.485	21.733	2.255	-	390	139	455	-	38.314	127	68.898
Baixas	-	(83)	-	(1)	-	(2)	(2)	-	-	-	-	(88)
Reclassificações (**)	2.038	(2)	(60.819)	1	-	554	-	-	-	-	-	(58.228)
Depreciações	(2.474)	(8.105)	-	(1.868)	-	(2.981)	(4.354)	(47)	(539)	(8.407)	(27)	(28.802)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	3.616	39.902	30.077	4.032	66.368	9.643	15.944	497	19.945	29.907	124	220.055
Saldos em 31 de dezembro de 2019												
Custo	12.880	144.874	30.077	48.661	66.368	45.212	57.564	2.176	27.136	38.314	763	474.025
Depreciação acumulada	(9.264)	(104.972)	-	(44.629)	-	(35.569)	(41.620)	(1.679)	(7.191)	(8.407)	(639)	(253.970)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	3.616	39.902	30.077	4.032	66.368	9.643	15.944	497	19.945	29.907	124	220.055

(*) O valor de adições na rubrica “Imobilizações em andamento” está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(**) Reclassificações, principalmente, para o intangível.

Os custos dos empréstimos e financiamentos consolidados capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$3.243 eram compostos por: (i) R\$323 referente aos empréstimos e financiamentos diretamente atribuíveis a essas imobilizações (R\$671 em 31 de dezembro de 2018); e (ii) R\$2.920 referente aos não diretamente atribuíveis (R\$202 em 31 de dezembro de 2018); a taxa média de juros desses empréstimos e financiamentos é de 7,30% a.a. (3,02% em 31 de dezembro 2018).

A Companhia possui equipamento que foi dado em garantia ao financiamento da respectiva aquisição (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME). O valor de custo desse ativo foi de R\$298. Além dessas garantias, a Companhia também possui um equipamento do tipo guindaste sobre rodas ("*Rubber Tyred Gantry* – RTG"), dado em garantia na Ação Trabalhista nº 369/03 em andamento, que, em 31 de dezembro de 2019, tinha o valor contábil de R\$624.

12. INTANGÍVEL

Controladora								
Vida útil definida								
	Direito de exploração (a)			Ágio nas aquisições (b)			Softwares	Outros intangíveis
	Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Ações da Santos-Brasil S.A.	Pará Empreendimentos	TCG Imbituba	Sistema de processamento de dados	Intangível em andamento
								Total
Taxa de amortização (% a.a.)	5,5	4,6	4,6	3,1	6,3	4,4	20	-
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2018	772.469	666.107	12.723	74.370	2.709	11.865	363	75
Movimentações								
Aquisições / transferências	109.645	820	131	-	-	-	69	1
Reclassificações (*)	2.474	-	1	(1)	-	-	256	3.044
Amortizações	(36.708)	(44.239)	(895)	(2.485)	(172)	(828)	(257)	-
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	847.880	622.688	11.960	71.884	2.537	11.037	431	3.120
Saldos em 31 de dezembro de 2018								
Custo	1.565.829	962.875	19.298	321.264	37.760	18.983	22.438	3.120
Amortização acumulada	(717.949)	(340.187)	(7.338)	(249.380)	(35.223)	(7.946)	(22.007)	-
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	847.880	622.688	11.960	71.884	2.537	11.037	431	3.120
Taxa de amortização (% a.a.)	5,3	4,7	4,6	3,1	6,3	4,4	20	-
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2019	847.880	622.688	11.960	71.884	2.537	11.037	431	3.120
Movimentações								
Aquisições / transferências	39.352	38.626	268	-	-	-	75	79.635
Reclassificações (*)	(1.153)	28	(1)	-	-	-	4	22.102
Amortizações	(37.889)	(46.277)	(912)	(2.486)	(172)	(828)	(149)	-
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	848.190	615.065	11.315	69.398	2.365	10.209	361	104.857
Saldos em 31 de dezembro de 2019								
Custo	1.604.227	1.001.328	19.566	321.264	37.760	18.983	22.518	104.857
Amortização acumulada	(756.037)	(386.263)	(8.251)	(251.866)	(35.395)	(8.774)	(22.157)	-
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	848.190	615.065	11.315	69.398	2.365	10.209	361	104.857

(*) Reclassificações do imobilizado.

Consolidado

	Vida útil definida										Vida útil indefinida (c)	Total
	Direito de exploração (a)					Ágio nas aquisições (b)			Softwares	Outros intangíveis	Ágio nas aquisições Santos Brasil Logística (*)	
	Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Tecon Vila do Conde	Terminal de Veículos/ TEV	Ações da Santos-Brasil S.A.	Pará Empreendimentos	TCG Imbituba	Sistema de processamento de dados	Intangível em andamento		
Taxa de amortização (% a.a.)	5,5	4,6	4,6	8,1	4,2	3,1	6,3	4,4	20	-	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2018	772.469	666.107	12.723	16.054	250.545	74.370	2.708	11.865	646	75	39.465	1.847.027
Movimentações												
Aquisições / transferências	109.645	820	131	1.246	(607)	-	-	-	141	1	-	111.377
Reclassificações (**)	2.474	-	1	851	501	(1)	-	-	299	3.044	-	7.169
Amortizações	(36.708)	(44.239)	(895)	(795)	(14.703)	(2.485)	(172)	(828)	(436)	-	-	(101.261)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	847.880	622.688	11.960	17.356	235.736	71.884	2.536	11.037	650	3.120	39.465	1.864.312
Saldos em 31 de dezembro de 2018												
Custo	1.565.829	962.875	19.298	57.816	351.191	321.264	37.759	18.983	31.478	3.120	47.576	3.417.189
Amortização acumulada	(717.949)	(340.187)	(7.338)	(40.460)	(115.455)	(249.380)	(35.223)	(7.946)	(30.828)	-	(8.111)	(1.552.877)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	847.880	622.688	11.960	17.356	235.736	71.884	2.536	11.037	650	3.120	39.465	1.864.312
Taxa de amortização (% a.a.)	5,3	4,7	4,6	7,4	4,2	3,1	6,3	4,4	20	-	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2019	847.880	622.688	11.960	17.356	235.736	71.884	2.536	11.037	650	3.120	39.465	1.864.312
Movimentações												
Aquisições / transferências	39.352	38.626	268	8.901	9.618	-	-	-	75	88.635	-	185.475
Reclassificações (**)	(1.153)	28	(1)	36.941	(554)	-	-	-	649	22.317	-	58.227
Amortizações	(37.889)	(46.277)	(912)	(2.777)	(15.225)	(2.486)	(171)	(828)	(283)	-	-	(106.848)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	848.190	615.065	11.315	60.421	229.575	69.398	2.365	10.209	1.091	114.072	39.465	2.001.166
Saldos em 31 de dezembro de 2019												
Custo	1.604.227	1.001.328	19.566	103.659	360.253	321.264	37.760	18.983	32.202	114.072	47.576	3.660.890
Amortização acumulada	(756.037)	(386.263)	(8.251)	(43.238)	(130.678)	(251.866)	(35.395)	(8.774)	(31.111)	-	(8.111)	(1.659.724)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	848.190	615.065	11.315	60.421	229.575	69.398	2.365	10.209	1.091	114.072	39.465	2.001.166

(*) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

(**) Reclassificações do imobilizado.

(a) Direitos de exploração

Os direitos de exploração são referentes às parcelas que compuseram os valores pagos pela exploração comercial das instalações portuárias relacionadas, Tecon 1 Santos, desde 29 de novembro de 1997, Tecon Imbituba, desde 7 de abril de 2008, e TCG Imbituba, desde 13 de fevereiro de 2006, e sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento.

A controlada Terminal de Veículos de Santos S.A. foi declarada a vencedora da licitação do Terminal de Veículos/TEV e, no ato da assinatura do contrato, efetuou o pagamento inicial de R\$133.495, além dos custos com a licitação, no montante de R\$4.711, e em 4 de janeiro de 2010 efetuou o pagamento final, no montante de R\$85.287, assumindo nessa mesma data as operações do Terminal de Veículos/TEV, mediante o Termo de Entrega e Recebimento da Área.

Além dos valores acima descritos, a Companhia e suas controladas reconheceram no ativo intangível às parcelas dos arrendamentos e as parcelas de MMC, de todos os contratos de arrendamento, incluindo sua controlada indireta Tecon Vila do Conde, e sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento.

(b) Ágio nas aquisições - com vida útil definida

No exercício de 2006, os antigos acionistas da então controlada Santos-Brasil outorgaram opções de compra para suas ações, que foram exercidas por terceiros, com ágio de R\$321.264. No mesmo exercício, a então controlada Santos-Brasil procedeu à incorporação reversa das empresas adquirentes das opções de compra, incluindo o referido ágio, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008 tendo como base seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, segundo a orientação técnica OCPC 02 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, esse ágio, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do Tecon 1 Santos, foi considerado com vida útil definida e sua amortização irá acompanhar o prazo residual do contrato de arrendamento.

A aquisição do Tecon Vila do Conde foi consumada em 9 de abril de 2008, por meio da controlada Nara Valley, pelo montante de R\$45.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$37.760. Essa transação ocorreu por meio da aquisição de 75% das ações ordinárias representativas do capital social da Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações ordinárias representativas do capital social do Tecon Vila do Conde.

O fundamento econômico do ágio na aquisição do Tecon Vila do Conde é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo de arrendamento do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

A aquisição de 100% das ações ordinárias representativas do capital social da então Union, na época arrendatária do TCG Imbituba, por meio da então controlada Tremarctos Participações S.A., foi acordada pelo montante de R\$25.000, gerando ágio de R\$18.983.

O fundamento econômico do ágio de aquisição do TCG Imbituba é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do referido terminal e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

(c) Ágio nas aquisições - com vida útil indefinida

A aquisição da Santos Brasil Logística, na época denominada Mesquita, foi consumada em 1º de novembro de 2007, pelo montante de R\$95.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil, gerou ágio no valor de R\$47.576.

O fundamento econômico do ágio de aquisição da Santos Brasil Logística é o de expectativa de rentabilidade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado tendo como base o seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, sua amortização foi interrompida, tendo em vista que as operações relacionadas não têm prazo definido; todavia, sua recuperação é testada anualmente e, se necessária, uma provisão é registrada.

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio de logística - Santos Brasil Logística, por corresponder ao nível mais baixo da UGC. O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, foi efetuado teste de recuperação, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2020 e o planejamento de longo prazo até 2029 + perpetuidade, elaborado para a controlada Santos Brasil Logística, a qual representa o segmento de negócio de logística, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Variação dos volumes de armazenagem alfandegada conservadora considerando apenas um pequeno crescimento em 2020;

	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>
Taxa de crescimento dos próximos 5 anos:	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

- Projeção de manter o Centro de Distribuição com alta ocupação e com isso sem espaço para crescimento;
- Unidade de Transportes consolidada mantendo mesmo patamar em volumetria;
- Concentração nas ações em custos com ganhos de eficiência e renegociações com clientes (tarifas ou mix de cargas);
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA (LAJIDA)* como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos;
- Na data-base de 31 de dezembro de 2019 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio.

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Taxa de desconto:	5,91%	7,47%

A taxa de desconto foi estimada através de estudos de entidades que acompanham a companhia com dados de mercados atualizados até dezembro de 2019.

O valor recuperável estimado da unidade logística é superior ao valor dos ativos operacionais em 31 de dezembro de 2019, nos quais está inserido o ágio. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas / utilizadas para o cálculo.

(d) Perdas por desvalorização de ativo

Em 31 de dezembro de 2019, foi efetuado teste de recuperação, na UGC Tecon Imbituba, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2020 e o planejamento de longo prazo até 2033, elaborado para a filial operacional Tecon Imbituba, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Crescimento dos volumes de operações de cais e armazenagem alfandegada, crescendo com a estimativa das operações dos grandes navios a partir de 2023;

	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>
Taxa de crescimento dos próximos 5 anos:	3,9%	10,1%	10,2%	124,6%	7,3%

- Gestão de custos com foco no crescimento de eficiência e redução dos custos unitários;
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos;
- Na data-base de 31 de dezembro de 2019 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do direito de exploração.

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Taxa de desconto:	6,50%	7,47%

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor recuperável estimado na filial operacional Tecon Imbituba foi inferior em R\$30.639 ao valor dos ativos operacionais de R\$412.076, nos quais está inserido o direito de exploração. De 2016 a 2019, o valor recuperável estimado da filial operacional Tecon Imbituba eram superiores ao valor dos ativos operacionais nos quais está inserido direito de exploração, líquido do ajuste realizado em 2015. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas / utilizadas para o cálculo.

Em 31 de dezembro de 2019, as demais UGC, Tecon Santos, Terminal de Carga Geral, Terminal de Veículos/TEV e Tecon Vila do Conde, também foram testadas, tendo como base a mesma metodologia de cálculo apresentada anteriormente e o resultado foi que o valor recuperável estimado é superior ao valor desses ativos.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

				Controladora		Moeda da
	Juros	Atualizações	Amortização	31.12.2019	31.12.2018	Transação
Moeda nacional:						
FINAME	TJLP + 5,50% a.a.	URTJLP	Mensal	115	191	R\$
CCE (a)	1,85% a.a.	CDI	Semestral	-	30.320	R\$
CCE (c)	1,83% a.a.	CDI	Bullet	-	20.027	R\$
NCE (b)	1,85% a.a.	CDI	Semestral	60.028	104.046	R\$
NCE (e)	130% do CDI	CDI	Bullet	-	20.277	R\$
				60.143	174.861	
Moeda estrangeira:						
CCE (d)	5,22% a.a.	Variação cambial	Bullet	-	30.486	US\$
				-	30.486	
Total				60.143	205.347	
(-) Parcelas de curto prazo				(40.104)	(125.314)	
Parcelas de longo prazo				20.039	80.033	
	Juros	Atualizações	Amortização	Consolidado		Moeda da
	Juros	Atualizações	Amortização	31.12.2019	31.12.2018	Transação
Moeda nacional:						
FINAME	6,00% a.a.	-	Mensal	-	400	R\$
FINAME	TJLP + 5,50% a.a.	URTJLP	Mensal	115	191	R\$
FINAME	TLP + 4,60% a.a.	UMSELIC	Mensal	2.011	2.585	R\$
CCE (a)	1,85% a.a.	CDI	Semestral	-	30.320	R\$
CCE (c)	1,83% a.a.	CDI	Bullet	-	20.027	R\$
NCE (b)	1,85% a.a.	CDI	Semestral	60.028	104.046	R\$
NCE (e)	130% do CDI	CDI	Bullet	-	20.277	R\$
				62.154	177.846	
Moeda estrangeira:						
FINIMP	LIBOR + 3,80% a.a.	Variação cambial	Semestral	-	171	US\$
FINIMP (*)	EURIBOR + 3,02% a.a.	Variação cambial	Semestral	15.771	18.892	€
CCE (d)	5,22% a.a.	Variação cambial	Bullet	-	30.486	US\$
				15.771	49.549	
Total				77.925	227.395	
(-) Parcelas de curto prazo				(44.387)	(130.129)	
Parcelas de longo prazo				33.538	97.266	

(*) O FINIMP da controlada Tecon Vila do Conde possui *covenants*.

- (a) Em 14 de maio de 2018 foi celebrado o aditamento da operação CCE Safra, liquidada em novembro de 2019, referente captação de R\$60.000, realizada em 12 de maio de 2017. Não houve alteração no percentual da taxa acrescida do CDI.

- (b) Em 22 de junho de 2018 foi celebrado o aditamento da operação NCE - Nota de Crédito à Exportação Itaú alterando o vencimento de junho de 2020 para junho de 2021, referente captação de R\$100.000, realizada em 21 de junho de 2017. Também houve alteração no percentual da taxa acrescida do CDI, alterando de 2,00% a.a. para 1,85% a.a.
- (c) Em 24 de setembro de 2018 foi celebrado um novo contrato com o Banco Safra referente à captação de R\$20.000 via CCE - Cédula de Crédito Bancário, liquidada em setembro de 2019. Os juros remuneratórios corresponderam a 100% do CDI acrescido de sobretaxa de 1,85% a.a.
- (d) Em 05 de outubro de 2018 foi celebrado um novo contrato com o Banco Itaú referente à captação de USD 7.775 via CCE - Cédula de Crédito Bancário Mediante Repasse de Recursos Externos (Cambial), equivalente a R\$30.000, liquidada em outubro de 2019. Incidiram juros remuneratórios pré-fixado de 5,22% a.a. Também em outubro de 2019 a Companhia liquidou Contrato de Operação de *Swap*, no montante de R\$30.000, para proteção das variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio com taxa equivalente de 100% do CDI acrescida de sobretaxa de 1,80% a.a.
- (e) Em 26 de outubro de 2018 foi celebrado um novo contrato com o Banco BOCOM BBM referente à captação de R\$20.000 via NCE - Nota de Crédito à Exportação, liquidada em outubro de 2019. Os juros remuneratórios corresponderam a 130% do CDI.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual.

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Saldo inicial	205.347	165.928	227.395	173.600
Captação	-	70.000	-	91.178
Juros e custos apropriados	9.291	14.171	9.828	14.564
Juros capitalizados	2.920	202	3.243	873
Var. monetária e cambial	2.176	328	2.581	2.883
(-) Amortização da dívida	(142.380)	(32.113)	(147.006)	(41.637)
(-) Juros pagos ^(*)	(17.211)	(13.169)	(18.116)	(14.066)
Saldo final	60.143	205.347	77.925	227.395

(*) Os juros pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Financiamentos".

O FINIMP da controlada Tecon Vila do Conde, possui *covenant*, a ser apurado pela Companhia, decorrente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, cujo quociente deverá ser igual ou inferior a 2,5 (vezes), tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas auditadas da Companhia. A primeira apuração refere-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, quando o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ficou abaixo do limite.

Em 31 de dezembro de 2019 o índice ("*covenants*") estava sendo atendido, conforme segue:

	<u>Consolidado</u> <u>31.12.2019</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	266.376
Aplicações financeiras	159.067
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	77.925
Debêntures	358.471
Arrendamento mercantil	30.905
Dívida líquida	41.858
EBITDA (LAJIDA)	221.635
Dívida líquida / EBITDA (LAJIDA) igual ou inferior a 2,5 vezes	0,2

Garantias

- Garantias concedidas

	<u>Vencimento</u>	<u>Moeda</u>	<u>Garantias</u>
FINAME	Junho/21	R\$	Equipamento objeto da transação ^(a)

(a) Conforme nota explicativa nº 11.

Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias.

- Garantias obtidas

Na data-base de 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2021</u>	<u>Total</u>
NCE	20.000	20.000
FINAME	39	39
Total	<u>20.039</u>	<u>20.039</u>

	<u>Consolidado</u>				
	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>Total</u>
NCE	20.000	-	-	-	20.000
FINAME	656	618	150	-	1.424
FINIMP	3.461	3.461	3.461	1.731	12.114
Total	<u>24.117</u>	<u>4.079</u>	<u>3.611</u>	<u>1.731</u>	<u>33.538</u>

14. DEBÊNTURES

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora 31.12.2019
Debêntures	0,70% a 1,00% a.a.	CDI	Anual	299.985
(-) Parcelas de curto prazo				(4.645)
Parcelas de longo prazo				295.340

	Juros	Atualizações	Amortização	Consolidado 31.12.2019
Debêntures	0,70% a 1,00% a.a.	CDI	Anual	299.985
Debêntures	4,20% a.a.	IPCA	Semestral	58.486
				358.471
(-) Parcelas de curto prazo				(9.689)
Parcelas de longo prazo				348.782

- (a) Em 20 de fevereiro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a realização da 4ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 2 séries, da espécie quirografária, no montante total de R\$300.000.

Em 26 de abril de 2019, foi finalizado o Procedimento de *Bookbuilding* e em 30 de abril de 2019 a operação foi liquidada. A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais obtidas e a alocação das Debêntures entre as séries da Emissão:

Série	Vencimento	Taxa final (<i>Bookbuilding</i>)	Volume Alocado (R\$)
1ª Série	25 de março de 2024	CDI + 0,70% a.a.	100.000
2ª Série	25 de março de 2026	CDI + 1,00% a.a.	200.000

- (b) Em 25 de outubro de 2019, foi aprovado em assembleia geral extraordinária de acionistas da controlada indireta Tecon Vila do Conde, a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$60.000. As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Em 26 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da controladora Santos Brasil deliberou a concessão de garantia para essa emissão. A operação foi liquidada em 03 de dezembro de 2019.

A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais das Debêntures:

Série	Vencimento	Taxa final	Volume Alocado (R\$)
Série única	17 de novembro de 2031	IPCA + 4,20% a.a.	60.000

A movimentação das debêntures está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31.12.2019	31.12.2019
Saldo inicial	-	-
Captação	300.000	360.000
(-) Custo das captações	(5.228)	(7.234)
Valor líquido captado	294.772	352.766
Juros e custos apropriados	13.885	14.086
Variação monetária s/ principal	-	291
(-) Juros pagos (*)	(8.672)	(8.672)
Saldo final	299.985	358.471

(*) Os juros pagos estão sendo apresentados na “Demonstração de Fluxo de Caixa” na rubrica “Atividade de Financiamentos”.

Com base na cláusula 6.27.2, inciso XXI, da Escritura da Quarta Emissão da Santos Brasil e na cláusula 7.1.2, inciso II, da Escritura da Primeira Emissão da Convicon, a não observância do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado (conforme definido abaixo), que deverá ser igual ou inferior a 3,0 vezes, poderá acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. O índice financeiro deve ser apurado trimestralmente, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 o índice financeiro estava sendo atendido, conforme segue:

	Consolidado
	31.12.2019
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	266.376
Aplicações financeiras	159.067
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	77.925
Debêntures	358.471
Arrendamento mercantil	30.905
Dívida líquida	41.858
EBITDA ajustado (*)	118.312
Dívida líquida / EBITDA ajustado igual ou inferior a 3,0 vezes	0,4

(*) Para fins de apuração do índice financeiro, "EBITDA ajustado" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, o resultado de EBITDA menos os pagamentos sobre obrigações com poder concedente (demonstração do fluxo de caixa) referente às parcelas fixa e variável mínima dos contratos de arrendamento.

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários, trabalhistas e cíveis, que são provisionados nas demonstrações contábeis em virtude de serem considerados como de chance de perda provável. O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
Provisão trabalhista (a)	16.124	19.067
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	9.554	11.117
Outros processos (d)	3.486	2.006
Total	29.164	32.190

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Provisão trabalhista (a)	18.491	22.120
Provisão para processo FAP (b)	12.026	13.839
Outros processos (d)	6.976	2.360
Total	37.493	38.319

Os valores dos depósitos judiciais eram:

	Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	4.365	3.297
Processo FAP (b)	5.639	5.446
Processo CADE - multa (c)	2.310	2.255
Processo CADE - faturamento TRA (c)	200.802	187.220
Outros processos (d)	1.053	1.246
Outros depósitos judiciais (e)	41.610	42.344
Subtotal	255.779	241.808
Relativo a fornecedor:		
SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar") (f)	15.083	15.083
OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra (g)	3.908	-
Subtotal	18.991	15.083
Total	274.770	256.891

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	5.386	4.036
Processo FAP (b)	7.080	6.838
Processo CADE - multa (c)	2.310	2.255
Processo CADE - faturamento TRA (c)	200.802	187.220
Outros processos (d)	1.053	1.246
Outros depósitos judiciais (e)	48.779	49.691
Subtotal	265.410	251.286
Relativo a fornecedor:		
SCPar (f)	15.083	15.083
OGMO (g)	3.908	-
Subtotal	18.991	15.083
Total	284.401	266.369

- (a) Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$16.124, para os quais existem depósitos judiciais de R\$4.365 e 31 seguros garantindo o montante de R\$55.259; (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R\$2.215, para os quais existem depósitos judiciais de R\$981; e (iii) da controlada Tecon Vila do Conde, provisionados no montante de R\$152, para os quais existem depósitos judiciais de R\$40 e 4 seguros garantindo o montante de R\$3.718.
- (b) O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$5.639, e de suas controladas composto de: (i) R\$1.350 - Santos Brasil Logística; (ii) R\$65 - Tecon Vila do Conde; e (iii) R\$26 - Terminal de Veículos/TEV. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Santos Brasil Logística e ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A., visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.
- (c) Os depósitos relacionados ao CADE referem-se ao processo que tramitou nesse órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos.

A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos Terminais Retroportuários Alfandegados - TRAs pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado, e a Companhia foi condenada no âmbito do CADE a: (i) multa pecuniária; e (ii) interrupção da cobrança feita aos TRAs. A filial operacional Tecon Santos ingressou com medida judicial e obteve liminar para retomar a cobrança mediante depósitos judiciais integrais dos valores cobrados e do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$136.692 e R\$2.310, respectivamente. A filial operacional Tecon Santos ingressou com duas outras medidas judiciais para suspender a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em juízo: (i) uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS, a COFINS, o IRPJ e a CSLL; e (ii) outra que tramita na Comarca do Guarujá, englobando o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com valores totais já depositados de R\$64.110. Os impostos incidentes sobre o faturamento TRA, no montante de R\$53.572 (R\$47.341 em 31 de dezembro de 2018), estão classificados no passivo não circulante.

A mencionada ação judicial foi julgada em primeira instância de forma parcialmente favorável à Companhia em 4 de setembro de 2013, pois decisão anulou a decisão do CADE no que se refere ao impedimento da cobrança dos serviços de segregação e entrega, mas manteve a multa imposta por entender que teria o CADE exercido a sua competência normativa. Quanto à proibição da cobrança, a decisão afirmou ser nula a decisão do CADE, pois a competência de regular o setor portuário é exclusiva da ANTAQ. Essa competência foi corretamente exercida pela CODESP por meio das Decisões DIREXE nº 371.2005 e nº 50.2006 definindo os valores máximos dos serviços a que se referem à lide.

A Companhia interpôs Embargos de Declaração requerendo que fosse apreciada a continuidade dos depósitos judiciais das cobranças dos serviços até o trânsito em julgado da ação e dos depósitos judiciais dos tributos, além de outras questões reflexas. Os Embargos de Declaração foram julgados e publicados em 4 de novembro de 2013 e a decisão autorizou apenas que continuassem os depósitos dos tributos incidentes em face da cobrança dos serviços, mas não autorizou os depósitos judiciais dos valores das faturas emitidas pela Companhia.

Dessa decisão judicial resultaram os seguintes efeitos para a Companhia: (i) passou a dispor dos valores faturados, que não mais deverão ser depositados; (ii) cobrou os valores retroativos de faturamentos que estavam represados; e (iii) requereu judicialmente o levantamento dos depósitos judiciais dos serviços. Também, os assessores jurídicos da Companhia no processo passaram a classificar o processo judicial como de “perda remota” até o trânsito em julgado, principalmente considerando que a decisão de primeiro grau se referiu à incompetência normativa do CADE sobre a matéria.

Quanto ao levantamento dos depósitos judiciais dos serviços faturados e recebidos até a sentença, a magistrada de primeiro grau proferiu decisão contrária, que foi mantida pelo TRF ao negar antecipação de tutela recursal no Agravo de Instrumento por entender inexistir, neste momento processual, o “*periculum in mora*”, justificando: (i) a possibilidade de recurso pelas partes; e (ii) não estar afetando a situação de liquidez a não disponibilidade desses valores para a Companhia.

Assim, em razão do exposto acima e ainda considerando que os serviços prestados a três TRAs, dois deles litisconsortes no processo e o terceiro contestando judicialmente a cobrança, a Companhia efetuou, em 2013, a reversão parcial da provisão para contingências constituída até a sentença, excluindo dessa reversão os valores relacionados a esses TRAs.

Em 26 de março de 2015 foi publicado o acórdão em que a Colenda 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, julgou o reexame necessário (recurso do próprio juiz) e as apelações interpostas pelas partes, decidiu, por unanimidade: (i) dar provimento à remessa oficial, dar provimento parcial ao recurso da Companhia para o fim de anular a decisão do CADE e a consequente imposição de multa; (ii) negar provimento aos recursos do CADE; (iii) dar provimento ao recurso da União Federal para excluí-la da lide; e (iv) julgar prejudicado o pedido formulado na inicial em face da CODESP.

Foram opostos Embargos de Declaração pela Companhia, CADE e Marimex, sendo em 05/2016 publicado acórdão acolhendo parcialmente os embargos opostos pela Marimex e rejeitando os opostos pela Companhia e CADE. A Companhia, CADE e Marimex interpuseram Recurso Especial e a Marimex interpôs também Recurso Extraordinário. Os Recursos Especiais interpostos pela Marimex e o CADE foram admitidos e aguardam os respectivos julgamentos perante o Superior Tribunal de Justiça. O Recurso Especial e o Recurso Extraordinário interposto, respectivamente, pela Companhia e Marimex não foram admitidos. Atualmente, aguarda-se decisão no Agravo de Despacho Denegatório do Recurso Extraordinário interposto pela Marimex.

Com relação à medida cautelar 0008783-19.2005.4.03.6100, em 07 de dezembro de 2017, o processo foi julgado extinto, sem resolução do mérito, em razão da perda superveniente do interesse de agir, de acordo com o art. 267, VI, do CPC/1973, prejudicadas as apelações. O acórdão foi publicado em 25 de abril de 2018, tendo sido certificado o trânsito em julgado em 11 de dezembro de 2018.

Assim, em razão do exposto acima e considerando as chances remotas de perdas por seus assessores jurídicos externos, a Companhia, no exercício de 2015, efetuou a reversão da parcela remanescente da provisão para contingências constituída até a sentença retromencionada.

- (d) O provisionamento consolidado, no montante de R\$6.976, refere-se, principalmente: (i) à ação regressiva da seguradora responsável pela indenização ao cliente, em razão de danos causados à carga armazenada, no montante de R\$1.293; (ii) à Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU da Prefeitura Municipal de Santos, no montante de R\$3.063; (iii) auto de infração da União Federal, no montante de R\$200; (iv) ação anulatória de débitos fiscais, no montante de R\$1.614; e (v) outros processos, no montante de R\$806.

- (e) Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.499 e R\$9.501, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$2.883; (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$17.210; (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685; e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$8.832. Os depósitos judiciais classificados como outros nas companhias controladas são relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$3.383 e a processos trabalhistas, no montante de R\$1.529; (ii) controlada Tecon Vila do Conde, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$666, outros depósitos nas esferas tributária e civil, no montante de R\$1.578, e a bloqueios judiciais, no montante de R\$7; e (iii) controlada Numeral 80, referem-se a bloqueios judiciais, no montante de R\$6.
- (f) Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, pelo qual a União delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, decidiu efetuar os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto e propôs ação de consignação em pagamento para depósito, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba, através de deferimento judicial levantou o valor de R\$8.691. Em 31 de dezembro de 2017, esses depósitos representavam o montante de R\$15.083. O valor relacionado a esse depósito está provisionado no passivo não circulante, no montante de R\$15.021, na rubrica "Fornecedores". Em 27 de agosto de 2018, a ação foi julgada procedente, declarando a extinção da obrigação da Companhia, reconhecendo a SCPAR como credora dos valores depositados referentes ao período contratual após 25 de dezembro de 2013 e reconhecendo a Companhia Docas de Imbituba como credora dos valores referentes ao período contratual que antecede o fim da concessão. A SCPAR e a Companhia Docas de Imbituba opuseram embargos de declaração em face da decisão prolatada. Os embargos opostos pela Companhia Docas de Imbituba foram acolhidos corrigindo a data do termo final do Contrato (de 25 de dezembro de 2013 para 25 de dezembro de 2012). Atualmente, o processo encontra-se aguardando o julgamento do Recurso de Apelação.

- (g) Em 30 de março de 2019, a contribuição paga pelos Operadores Portuários ao OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra, para custear suas despesas administrativas e operacionais, bem como o passivo das ações existentes, passou a ser calculada com base no volume de toneladas movimentadas por cada Operador Portuário. Este novo modelo difere do critério até então vigente, que considerava a quantidade de mão de obra avulsa requisitada ao OGMO para movimentação de carga. Em 1º de abril de 2019, a Ação Ordinária nº 10063282820198260562, visando à nulidade da Assembleia que instituiu a nova forma de contribuição e reconhecendo a ilegalidade de tal critério. Em sede de tutela de urgência, o Juiz da 8ª Vara Cível de Santos, suspendeu os efeitos da mencionada Assembleia, determinando que a Santos Brasil passasse a depositar, em juízo, o excesso controvertido, mantendo o pagamento no critério anterior, diretamente ao OGMO. O processo encontra-se em fase de instrução. Em 31 de dezembro de 2019, esses depósitos representavam o montante de R\$3.908.

Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (a), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus antigos acionistas. Assim, o montante de R\$3.071 foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica “Outros Ativos”.

As movimentações das provisões para contingências, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro 2018, estão demonstradas nos quadros a seguir:

Controladora					
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2019
Provisão trabalhista	19.067	1.340	(11.775)	7.492	16.124
Provisão FAP	11.117	389	-	(1.952)	9.554
Outros processos	2.006	32	(1.051)	2.499	3.486
Total	32.190	1.761	(12.826)	8.039	29.164

	Saldo em 31.12.2017	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2018
Provisão trabalhista	19.935	394	(7.506)	6.244	19.067
Provisão FAP	10.276	841	-	-	11.117
Outros processos	2.157	1.026	(477)	(700)	2.006
Total	32.368	2.261	(7.983)	5.544	32.190

Consolidado					
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2019
Provisão trabalhista	22.120	1.590	(13.627)	8.408	18.491
Provisão FAP	13.839	511	-	(2.324)	12.026
Outros processos	2.360	99	(1.079)	5.596	6.976
Total	38.319	2.200	(14.706)	11.680	37.493

	Saldo em 31.12.2017	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2018
Provisão trabalhista	22.708	408	(8.403)	7.407	22.120
Provisão FAP	12.802	1.037	-	-	13.839
Outros processos	2.252	1.363	(624)	(631)	2.360
Total	<u>37.762</u>	<u>2.808</u>	<u>(9.027)</u>	<u>6.776</u>	<u>38.319</u>

(*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou a probabilidade de perda positiva ou negativa.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de perda possível, no montante de R\$581.770, nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas demonstrações contábeis.

A movimentação dos processos possíveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, está demonstrada a seguir:

<u>Natureza da ação</u>	Saldo em 31.12.2018	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2019
Aduaneira	15.576	-	(407)	15.169
Cível	39.874	2.287	(2.743)	39.418
Trabalhista	56.293	29.122	(7.815)	77.600
Tributária	394.125	34.461	13.285	441.871
Outras	5.417	2.816	(521)	7.712
Total	<u>511.285</u>	<u>68.686</u>	<u>1.799</u>	<u>581.770</u>

(*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de perda positiva ou negativamente.

Processo Ágio

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos aos anos-base de 2006 a 2011, cumulados com juros de mora, multa de ofício agravada e multa isolada, no montante de R\$334.495. A contingência está classificada no quadro anterior como de natureza tributária. Segundo o referido auto de infração, a Numeral 80 teria deixado de adicionar ao lucro real e à base de cálculo da CSLL as despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão.

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 impugnou o referido auto de infração no prazo regulamentar, reafirmando seu entendimento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal.

Em 17 de outubro de 2013, foi recebida intimação dando ciência da decisão da Delegacia da Receita Federal (1ª Turma da DRJ em São Paulo-I/SP) no sentido de julgar parcialmente procedente as impugnações apresentadas, com a redução da multa de ofício aplicada para 75%. Nessa intimação também consta que a Fazenda Nacional efetuou interposição de Recurso de Ofício relativamente à redução da multa (de 150% para 75%).

A Companhia e a sua controlada Numeral 80 efetuaram interposição de Recursos Voluntários no prazo regulamentar, sendo que ao recurso da controlada Numeral 80, por maioria de votos proferidos pelos julgadores da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, foi dado provimento em sessão realizada no dia 14 de setembro de 2016. Na mesma sessão, negou-se provimento ao Recurso de Ofício da Fazenda Nacional.

Em 05 de dezembro de 2016, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN opôs embargos de declaração, que foram julgados em 11 de abril de 2017, tendo sido acolhidos sem efeitos infringentes, apenas para esclarecer que o Recurso Voluntário da Companhia (responsável solidária) foi julgado prejudicado, uma vez que restou cancelada toda a exigência pelas razões do Recurso Voluntário do devedor principal (Numeral 80).

No dia 12 de junho de 2017, a PGFN interpôs Recurso Especial à Câmara Superior do CARF, pretendendo a reforma do julgado proferido pela 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF, sendo apresentadas pela Companhia e Numeral 80 as contrarrazões. Por sua vez, a Companhia, requereu nas contrarrazões que, caso haja o reestabelecimento da autuação fiscal, que os autos sejam remetidos à 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF, para análise dos argumentos referentes à impossibilidade da imputação de responsabilidade solidária à Companhia.

Em 05 de abril de 2018, a Câmara Superior do CARF, por voto de qualidade, deu provimento ao Recurso Especial interposto pela PGFN, reestabelecendo a glosa das despesas de amortização fiscal do ágio. Por outro lado, foi reconhecido na decisão o cancelamento definitivo da multa qualificada de 150%, tendo em vista que esta matéria não foi objeto do Recurso Especial da PGFN. Neste contexto, o valor da penalidade objeto do auto de infração reduziu de R\$334.495 para R\$259.001 (valores de dezembro de 2012).

Além disso, a Câmara Superior do CARF determinou que o processo fosse remetido à 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF para análise dos argumentos expostos no Recurso Voluntário interposto pela Numeral 80 e Companhia, que deixaram de ser analisados na sessão de 14 de setembro de 2016, em razão do provimento integral do Recurso Voluntário da controlada Numeral 80.

Em 12 de novembro de 2019, a 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF deu parcial provimento aos recursos da Numeral 80 e Companhia para apenas acolher a preliminar de decadência relativo ao ano de 2006. Até a publicação da presente Nota, a Companhia aguardava o recebimento da intimação da decisão.

O escritório responsável pela defesa da Companhia avalia a probabilidade de perda como possível e que o tempo de conclusão do processo é incerto.

Processo PIS / COFINS

Em 08 de outubro de 2019, a Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0816500.2018.00316 lavrado pela Delegacia Especial de Fiscalização da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior, no montante de R\$18.742, referente à cobrança de PIS e COFINS, data base 2015. A Receita Federal entende que a Companhia creditou-se de forma indevida de alguns insumos. Em 1º de novembro de 2019, a Companhia apresentou impugnação, visto que todos os créditos foram gerados em conformidade com a legislação vigente. A Companhia aguarda o julgamento do Auto de Infração.

16. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

A Companhia e suas controladas reconhecem no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais), sendo trazidas a valor presente na data inicial dos contratos de arrendamento.

<u>Contratos</u>	Controladora				Saldo contábil 31.12.2019
	Saldo contábil 31.12.2018	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
Arrendamento:					
Tecon Santos	529.955	32.090	39.099	(41.561)	559.583
Tecon Imituba	34.789	1.537	3.960	(3.603)	36.683
	<u>564.744</u>	<u>33.627</u>	<u>43.059</u>	<u>(45.164)</u>	<u>596.266</u>
MMC:					
Tecon Imituba	346.594	12.556	34.466	(46.025)	347.591
TCG Imituba	6.012	220	268	(717)	5.783
	<u>352.606</u>	<u>12.776</u>	<u>34.734</u>	<u>(46.742)</u>	<u>353.374</u>
Obrigações com poder concedente	<u>917.350</u>	<u>46.403</u>	<u>77.793</u>	<u>(91.906)</u>	<u>949.640</u>
(-) Curto prazo	(63.548)				(53.619)
Longo prazo	853.802				896.021

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

<u>Contratos</u>	Controladora				Saldo contábil 31.12.2018
	Saldo contábil 31.12.2017	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
Arrendamento:					
Tecon Santos	426.621	32.290	109.645	(38.601)	529.955
Tecon Imituba	36.491	1.589	100	(3.391)	34.789
	<u>463.112</u>	<u>33.879</u>	<u>109.745</u>	<u>(41.992)</u>	<u>564.744</u>
MMC:					
Tecon Imituba	364.370	12.967	719	(31.462)	346.594
TCG Imituba	6.010	228	131	(357)	6.012
	<u>370.380</u>	<u>13.195</u>	<u>850</u>	<u>(31.819)</u>	<u>352.606</u>
Obrigações com poder concedente	<u>833.492</u>	<u>47.074</u>	<u>110.595</u>	<u>(73.811)</u>	<u>917.350</u>
(-) Curto prazo	(60.811)				(63.548)
Longo prazo	772.681				853.802

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

<u>Contratos</u>	Consolidado				Saldo contábil 31.12.2019
	Saldo contábil 31.12.2018	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
Arrendamento:					
Tecon Santos	529.955	32.090	39.099	(41.561)	559.583
Tecon Imbituba	34.789	1.537	3.960	(3.603)	36.683
Tecon Vila do Conde	6.959	663	4.776	(915)	11.483
Terminal de Veículos/TEV	45.206	1.928	4.369	(4.317)	47.186
	<u>616.909</u>	<u>36.218</u>	<u>52.204</u>	<u>(50.396)</u>	<u>654.935</u>
MMC:					
Tecon Imbituba	346.594	12.556	34.466	(46.025)	347.591
TCG Imbituba	6.012	220	268	(717)	5.783
Tecon Vila do Conde	6.841	653	4.125	(968)	10.651
Terminal de Veículos/TEV	54.661	2.333	5.249	(5.217)	57.026
	<u>414.108</u>	<u>15.762</u>	<u>44.108</u>	<u>(52.927)</u>	<u>421.051</u>
Obrigações com poder concedente	<u>1.031.017</u>	<u>51.980</u>	<u>96.312</u>	<u>(103.323)</u>	<u>1.075.986</u>
(-) Curto prazo	(68.660)				(60.139)
Longo prazo	962.357				1.015.847

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

<u>Contratos</u>	Consolidado				Saldo contábil 31.12.2018
	Saldo contábil 31.12.2017	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
Arrendamento:					
Tecon Santos	426.621	32.290	109.645	(38.601)	529.955
Tecon Imbituba	36.491	1.589	100	(3.391)	34.789
Tecon Vila do Conde	5.916	695	1.246	(898)	6.959
Terminal de Veículos/TEV	47.545	1.980	(275)	(4.044)	45.206
	<u>516.573</u>	<u>36.554</u>	<u>110.716</u>	<u>(46.934)</u>	<u>616.909</u>
MMC:					
Tecon Imbituba	364.370	12.967	719	(31.462)	346.594
TCG Imbituba	6.010	228	131	(357)	6.012
Tecon Vila do Conde	7.038	674	-	(871)	6.841
Terminal de Veículos/TEV	57.488	2.394	(332)	(4.889)	54.661
	<u>434.906</u>	<u>16.263</u>	<u>518</u>	<u>(37.579)</u>	<u>414.108</u>
Obrigações com poder concedente	<u>951.479</u>	<u>52.817</u>	<u>111.234</u>	<u>(84.513)</u>	<u>1.031.017</u>
(-) Curto prazo	(65.769)				(68.660)
Longo prazo	885.710				962.357

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

Em 31 de dezembro de 2019, o compromisso com poder concedente de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Controladora				
	2021	2022	2023	2024 - término do contrato	Total
Tecon Santos	10.858	11.127	11.423	515.560	548.968
Tecon Imbituba	22.655	23.272	23.953	272.247	342.127
TCG Imbituba	349	359	371	3.847	4.926
	<u>33.862</u>	<u>34.758</u>	<u>35.747</u>	<u>791.654</u>	<u>896.021</u>

	Consolidado				
	2021	2022	2023	2024 - término do contrato	Total
Tecon Santos	10.858	11.127	11.423	515.560	548.968
Tecon Imbituba	22.655	23.272	23.953	272.247	342.127
TCG Imbituba	349	359	371	3.847	4.926
Tecon Vila do Conde	1.173	1.228	1.288	17.322	21.011
Terminal de Veículos/TEV	5.534	5.685	5.852	81.744	98.815
	<u>40.569</u>	<u>41.671</u>	<u>42.887</u>	<u>890.720</u>	<u>1.015.847</u>

Períodos de vigência dos contratos

<u>Contratos</u>	<u>Início do contrato</u>	<u>Término do contrato</u>
Tecon Santos	Novembro/1997	Novembro/2047
Tecon Imbituba	Abril/2008	Abril/2033
TCG Imbituba	Junho/2007	Junho/2032
Tecon Vila do Conde	Setembro/2003	Setembro/2033
Terminal de Veículos/TEV	Janeiro/2010	Janeiro/2035

Seguro garantia

<u>Contratos</u>	<u>Vigência</u>
Tecon Santos	Abril/2019 a Abril/2020
Tecon Imbituba	Julho/2019 a Julho/2020
Tecon Vila do Conde	Julho/2019 a Julho/2020
Terminal de Veículos/TEV	Julho/2019 a Julho/2020

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos, compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais. Esses valores eram os vigentes em 31 de dezembro de 2019 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento, pelo IGP-M/INPC:

<u>Contratos</u>	Em reais - R\$		
	<u>Custo por contêiner movimentado</u>	<u>Custo por tonelada movimentada</u>	<u>Custo por veículo movimentado</u>
Tecon Santos (a)	40,20	-	-
Tecon Santos (b)	20,01	-	-
Tecon Imbituba (c)	97,97	-	-
TCG Imbituba (d)	-	3,03	-
TCG Imbituba (e)	-	6,70	-
TCG Imbituba (f)	-	4,04	-
Tecon Vila do Conde (g)	25,10	-	-
Tecon Vila do Conde (h)	5,02	-	-
Tecon Vila do Conde (i)	-	2,51	-
Terminal de Veículos/TEV (j)	-	-	19,16

- (a) Valor devido quando a MMC não for atingida, limitado à MMC.
- (b) Valor devido quando a movimentação exceder a MMC.
- (c) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (d) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio.
- (f) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de unitização e desunitização de contêineres.
- (g) Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (h) Valor devido por contêiner vazio.
- (i) Valor devido por tonelada.
- (j) Valor devido por veículo e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL – CONSOLIDADO

a) Arrendamento – Aluguéis

<u>Direito de uso (Ativo)</u>	Consolidado			Saldo contábil 31.12.2019
	Adoção inicial 01.01.2019	Adições / Baixas	Depreciação	
Santos Brasil Logística				
Imóvel	31.308	-	(5.780)	25.528
Tecon Vila do Conde				
Máquinas e equipamentos	-	7.006	(2.627)	4.379
Total do ativo	31.308	7.006	(8.407)	29.907

<u>Arrendamentos (Passivo)</u>	Consolidado					Saldo contábil 31.12.2019
	Adoção inicial 01.01.2019	Adições	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
Santos Brasil Logística (I)	31.308	-	2.060	-	(6.960)	26.408
Tecon Vila do Conde (II)	-	7.006	303	-	(2.812)	4.497
Total do passivo	31.308	7.006	2.363	-	(9.772)	30.905
(-) Curto prazo	(4.900)					(8.830)
Longo prazo	26.408					22.075

(*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante.

- (I) Em 1º de janeiro de 2019, a controlada Santos Brasil Logística realizou a adoção inicial do CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, referente ao aluguel do Centro de Distribuição, que possui vencimento em maio de 2024, utilizando a taxa de desconto de 7,47% a.a.
- (II) Em 1º de abril de 2019, a controlada Tecon Vila do Conde assinou acordo de arrendamento, referente ao aluguel de um guindaste móvel de cais (MHC), que possui vencimento em março de 2021, utilizando a taxa de desconto de 7,47% a.a.

A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de 7,47% ao ano para contratos com vencimento de até 5 anos, foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade das controladas.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Consolidado				Total
	2021	2022	2023	2024 - término do contrato	
Santos Brasil Logística	5.659	6.082	6.536	2.865	21.142
Tecon Vila do Conde	933	-	-	-	933
	<u>6.592</u>	<u>6.082</u>	<u>6.536</u>	<u>2.865</u>	<u>22.075</u>

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	35.428	30.905
PIS / COFINS potencial (9,25%)	3.277	2.859

b) Arrendamento operacional

A Companhia e sua controlada Terminal de Veículos/TEV também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas, com vencimentos no curto prazo, os quais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, geraram despesas no montante de R\$1.323 (R\$1.277 em 31 de dezembro de 2018).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

a) Capital social

	Ações ordinárias	
	31.12.2019	31.12.2018
Existentes no início do exercício	666.317.880	666.317.880
Opção de ações exercidas durante o exercício	3.480.498	-
Emitidas / autorizadas sem valor nominal	<u>669.798.378</u>	<u>666.317.880</u>

Do total de ações, 665.083.313 encontravam-se em circulação (“freefloat”) em 31 de dezembro de 2019, sendo composto em sua totalidade por ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reserva de capital

- Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, no montante de R\$63.909 em 31 de dezembro de 2019 (R\$63.087 em 31 de dezembro de 2018) e do plano de incentivo atrelado a ações: *performance share*, no montante de R\$2.916 (R\$2.056 em 31 de dezembro de 2018) e *matching* de ações, no montante de R\$553 (R\$129 em 31 de dezembro de 2018), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações.

- Outras

Na incorporação de ações, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., na data-base de 31 de dezembro de 2006, foi levado à rubrica “Capital social” da controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data-base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado na rubrica “Reserva de capital”.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta na época Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(4.548).

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley Participações S.A. adquiriu, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(5.478).

Até 31 de dezembro de 2019, foram exercidas opções de compras de ações, onde a Companhia entregou ações que estavam em tesouraria, gerando um resultado de R\$(1.817).

c) Reserva de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva para investimento e expansão

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme orçamentos de capital.

- Recompra de ações

Em 17 de dezembro de 2013, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o Programa de Recompra de Ações da Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas.

O programa autorizou a compra de até 4.215.556 *units* sendo 4.215.556 ações ordinárias e 16.862.225 ações preferenciais, tendo um prazo máximo para aquisição das ações de 365 dias, com início em 20 de dezembro de 2013 e término em 20 de dezembro de 2014.

Em 22 de agosto de 2016, com a migração para o Novo Mercado da B3 – Brasil Bolsa Balcão as *units* foram canceladas e convertidas em sua totalidade de ações preferenciais em ações ordinárias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram entregues 676.258 ações em tesouraria referentes a opções exercidas, no montante de R\$2.186.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram entregues 2.203.156 ações em tesouraria referentes a opções exercidas, gerando um resultado de R\$7.120.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram entregues 1.124.142 ações em tesouraria referentes a opções exercidas, gerando um resultado de R\$3.634.

A seguir, posição em 31 de dezembro de 2019 de ações compradas pela Companhia:

	Quantidade de Ações Ordinárias	Valor	Valor de Mercado (*)	Preço		
				Médio Ponderado	Mínimo	Máximo
Saldo original	6.138.745	19.844	50.214	3,23	2,90	3,70
(-) Ações entregues	(4.003.556)	(12.940)				
Saldo Atual	<u>2.135.189</u>	<u>6.904</u>	17.466			

(*) Valor de mercado com base na última cotação, anterior a data de encerramento do exercício.

d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

A seguir, a demonstração da remuneração dos acionistas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	%	31.12.2019
Lucro líquido do exercício		15.375
Constituição da reserva legal	5%	(769)
Lucro líquido ajustado (a)		14.606
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	3.652
Remuneração aos acionistas		
Dividendos mínimos obrigatórios		3.652
Dividendos complementares propostos		8.033
Remuneração bruta aos acionistas (b)	80%	11.685
Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos complementares propostos		11.685
Quantidade de ações ordinárias		667.663.189
Valor unitário de dividendos por ação		0,0017570278
Retenção de lucros (a - b)		2.921

e) Ajuste de avaliação patrimonial

- Assistência médica complementar

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 26), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

19. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, bem como a desagregação da receita, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Receita bruta	668.724	617.177	1.135.279	1.085.605
Terminais Portuários	668.724	617.177	785.945	727.869
Operações Portuárias	344.234	315.832	421.632	390.095
Armazenagem Alfandegada	313.521	294.412	348.619	326.231
Carga Geral	10.969	6.933	15.694	11.543
Logística	-	-	284.588	288.457
Transportes	-	-	47.270	47.693
Armazenagem Alfandegada	-	-	191.141	198.916
Centro de Distribuição	-	-	40.203	35.796
Terminais Logísticos	-	-	5.974	6.052
Terminal de Veículos/TEV	-	-	64.746	69.279
Armazenagem Alfandegada	-	-	64.746	69.279
Deduções da receita:				
Impostos sobre serviços	(73.899)	(72.986)	(140.754)	(141.340)
Outras	(9.999)	(9.407)	(21.931)	(22.750)
Total	584.826	534.784	972.594	921.515

20. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Mão de obra avulsa	(21.846)	(30.147)	(22.197)	(30.576)
Taxas - Companhias Docas	(35.670)	(48.010)	(38.702)	(49.991)
Energia elétrica	(9.596)	(8.740)	(12.069)	(11.581)
Combustíveis e lubrificantes	(21.919)	(18.806)	(36.774)	(32.928)
Fretes	(9.697)	(12.731)	(42.713)	(41.952)
Movimentação de veículos	-	-	(18.443)	(20.893)
Outros serviços e materiais	(2.358)	(3.095)	(12.399)	(8.830)
Despesas com pessoal	(256.677)	(218.821)	(350.150)	(307.034)
Consultoria, assessoria e auditoria	(17.649)	(12.442)	(19.343)	(14.241)
Outros serviços de terceirização	(20.774)	(18.662)	(31.310)	(28.251)
Manutenção operacional	(31.795)	(27.590)	(42.228)	(37.437)
Depreciação e amortização	(97.456)	(93.843)	(135.650)	(124.166)
Aluguéis / condomínios – áreas operacionais	-	-	(6.316)	(5.714)
Comissões sobre vendas de serviços	(21.396)	(28.441)	(83.604)	(97.586)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	(13.706)	(9.291)	(14.986)	(10.090)
Outras despesas	(19.464)	(12.393)	(46.269)	(45.098)
Total	(580.003)	(543.012)	(913.153)	(866.368)
Classificadas como:				
Custo dos bens e/ou serviços prestados	(469.397)	(436.403)	(722.568)	(674.238)
Despesas com vendas	(25.578)	(32.298)	(92.753)	(105.387)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	(13.706)	(9.291)	(14.986)	(10.090)
Despesas gerais e administrativas e amortização de ágio	(71.322)	(65.020)	(82.846)	(76.653)
Total	(580.003)	(543.012)	(913.153)	(866.368)

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Outras receitas operacionais:				
Correção de adiantamento para fundo de dragagem	745	714	745	714
Correção de depósitos judiciais	4.600	4.938	4.649	4.990
Correção de crédito a recuperar - FUNDAF	-	10	491	1.429
Correção de precatórios	-	-	183	186
Ganho na venda de ativos	128	362	140	455
Reembolso de seguro	778	541	778	637
Receita com depósitos não identificados	908	963	1.531	2.013
Recuperação de energia elétrica	857	452	857	452
Recuperação de INSS - Folha de Pagamento	626	-	626	-
Recuperação de PIS / COFINS extemporâneo	-	-	1.850	-
Ressarcimento de ocupação de berço	12.493	-	12.493	-
Remuneração sobre contrato - Folha de Pagamento	908	-	908	-
Outras receitas	661	102	1.394	439
Total	<u>22.704</u>	<u>8.082</u>	<u>26.645</u>	<u>11.315</u>
Outras despesas operacionais:				
Baixa e perdas na venda de ativos	(49)	(198)	(52)	(369)
Correção de provisões	211	(463)	111	(573)
Precatórios	-	-	(146)	(149)
Outras despesas	-	-	(14)	(2)
Total	<u>162</u>	<u>(661)</u>	<u>(101)</u>	<u>(1.093)</u>

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	15.595	10.860	20.035	14.452
Variações monetárias e cambiais ativas	9.921	3.029	12.269	6.858
Valor justo da operação de <i>swap</i>	2.479	868	2.479	945
Correção impostos a recuperar	1.047	1.665	1.047	1.670
Correção de depósitos judiciais	358	161	402	178
Outras receitas	914	602	1.223	1.143
Total	<u>30.314</u>	<u>17.185</u>	<u>37.455</u>	<u>25.246</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures e empréstimos	(23.176)	(16.324)	(23.914)	(16.717)
Variações monetárias e cambiais passivas	(10.478)	(3.254)	(13.521)	(9.282)
Valor justo da operação de <i>swap</i>	(3.310)	(129)	(3.310)	(367)
Imposto sobre Operações Financeiras -				
IOF sobre operações de mútuos	(96)	(19)	(103)	(32)
Juros sobre obrigações com poder concedente	(46.403)	(47.074)	(51.980)	(52.817)
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	(2.363)	-
Outras despesas	(2.478)	(2.212)	(3.253)	(3.219)
Total	(85.941)	(69.012)	(98.444)	(82.434)

23. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES E PLANO DE INCENTIVO ATRELADO A AÇÕES - CONTROLADORA

Em 4 de agosto de 2017, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, aditado em 1º de abril de 2015 e a criação do Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia (Plano de *Performance Shares* e *Matching* de Ações).

O Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia tem como objetivo regular a possibilidade de concessão de incentivos atrelados a ações ordinárias de emissão da Companhia a administradores e empregados que mantenham vínculo de emprego ou estatutário, visando: (i) aumentar a capacidade de atração de talentos; (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de certos administradores e empregados, alinhando os seus interesses com os dos acionistas; (iii) possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas; e (iv) estimular a expansão e o alcance e superação de suas metas empresariais, permitindo maior integração de seus administradores e empregados, na qualidade de acionistas da Companhia.

As ações concedidas como incentivo no âmbito dos programas do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Incentivo Atrelado a Ações não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,5% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

a) Plano de opção de compra de ações

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da então controlada Santos-Brasil S.A. aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) para administradores e colaboradores de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, o Plano foi transferido para a Companhia.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto de três membros, sendo, pelo menos, um deles, necessariamente, membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração ou o Comitê criam, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), agrupados em *units*, em que são definidos os beneficiários aos quais são concedidas as opções, o número de *units* da Companhia que cada beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas-limite para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das *units* a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício da opção (“preço de exercício”), é equivalente ao valor médio das *units* dos últimos 30 pregões da B3 – Brasil Bolsa Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços, e, ainda, de juros a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, que, também, podem conceder aos beneficiários um desconto de até 15% no preço de exercício.

As *units* da Companhia, adquiridas no âmbito do Plano, só podem ser alienadas se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de *units*, o qual nunca será inferior a três anos a contar da data de exercício de cada lote anual.

Em 31 de dezembro de 2019, os Programas em vigência são os discriminados no quadro a seguir:

Programas	Preços de exercício R\$/units (*)	Quantidade de units outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/units (*)	Quantidade de units exercidas	Quantidade de units vencidas / caducadas	Quantidade de units - saldo
Programas 2006 à 2014		8.204.124				2.098.155	6.105.969	-
05/02/15 - Programa 2015	12,85	1.377.596			4,40	722.487	627.526	27.583
1º Lote anual		459.199	05/02/16	05/02/18		294.993	164.206	-
2º Lote anual		459.199	05/02/17	05/02/19		210.375	248.824	-
3º Lote anual		459.198	05/02/18	05/02/20		217.119	214.496	27.583
Total das opções outorgadas		9.581.720				2.820.642	6.733.495	27.583

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Em 2 e 3 de março de 2016, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o preço de exercício para o Programa de Opção de Ações 2016 e deliberaram a submeter o mesmo à prévia apreciação e recomendação do Comitê de Remuneração do Conselho de Administração da Companhia, para posterior exame e aprovação do Conselho de Administração.

Em 22 de agosto de 2016 com o cancelamento das *units*, caso seja exercida a opção de compra dos programas até 2015, serão emitidas cinco ações ordinárias ao beneficiário.

Programas	Preços de exercício R\$/ações (*)	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ações (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas / caducadas	Quantidade de ações - saldo
02/03/16 - Programa 2016	2,29	<u>2.897.395</u>			1,18	<u>2.273.199</u>	<u>416.269</u>	<u>207.927</u>
1º Lote anual		965.798	02/03/17	02/03/19		806.371	159.427	-
2º Lote anual		965.798	02/03/18	02/03/20		769.288	120.939	75.571
3º Lote anual		965.799	02/03/19	02/03/21		697.540	135.903	132.356
23/08/17 - Programa 2017	2,02	<u>6.609.811</u>			0,71	<u>1.479.913</u>	<u>2.916.132</u>	<u>2.213.766</u>
1º Lote anual		2.203.270	23/08/18	23/08/21		1.070.238	1.133.032	-
2º Lote anual		2.203.270	23/08/19	23/08/22		409.675	882.473	911.122
3º Lote anual		2.203.271	23/08/20	23/08/23		-	900.627	1.302.644
28/02/18 - Programa 2018	3,51	<u>2.914.885</u>			1,61	<u>159.011</u>	<u>774.280</u>	<u>1.981.594</u>
1º Lote anual		971.628	28/02/19	28/02/22		159.011	241.189	571.428
2º Lote anual		971.628	28/02/20	28/02/23		-	266.546	705.082
3º Lote anual		971.629	28/02/21	28/02/24		-	266.545	705.084
Total das opções outorgadas		<u>12.422.091</u>				<u>3.912.123</u>	<u>4.106.681</u>	<u>4.403.287</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

O prazo de exercício reflete o período de 24 meses para os Planos até 2016 e para os Planos a partir de 2017 reflete o período de 36 meses, sendo todos contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas dos Programas. Em função da baixa rotatividade histórica de administradores e colaboradores de alto nível beneficiários das outorgas, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão *vested*.

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados, em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$1.207 (R\$4.023 em 31 de dezembro de 2018).

Em 2018, foi exercido parte do programa de 2017, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$110. Em 2019 foram exercidos parte dos programas de 2017 e 2018, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$385, ambos contabilizados em reservas de capital.

Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2019, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 2,13% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,67%.

b) Planos de incentivo atrelado a ações

- *Performance Shares*

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, ações ordinárias da Companhia, se as metas forem alcançadas pelos beneficiários. A transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos beneficiários a título de *Performance Shares* será realizada em um único lote, após 3 (três) anos (“Período de Carência”), a contar da data estabelecida para cada beneficiário em seu Contrato de Adesão (“Data Inicial”). O Conselho de Administração, entretanto, poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos Beneficiários a título de *Performance Shares*, caso as metas descritas no programa tenham sido atingidas antes de 3 anos, hipótese em que o término do Período de Carência será antecipado. Em caso de desligamento de funcionário (rescisão ou demissão) as opções que lhe tenham sido concedidas e ainda não exercidas estarão automaticamente extintas.

Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a outorga de 1.970.443 ações ordinárias para o Programa de *Performance Shares* dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas / caducadas	Quantidade de ações - saldo
23/08/17 - Programa 2017	1.970.443		2,31	-	322.436	1.648.007
- Lote Anual	1.970.443	23/08/20		-	322.436	1.648.007
Total das ações outorgadas	1.970.443			-	322.436	1.648.007

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.

A Companhia reconheceu o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$860 (R\$1.517 em 31 de dezembro de 2018).

Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2019, não foram exercidas opções e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,25%.

- *Matching* de ações

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, 1 (uma) ação ordinária da Companhia para cada ação ordinária da Companhia adquirida por intermédio da Corretora (“*Matching*”), até o limite estabelecido nos seus respectivos Contratos de Adesão e respeitado o prazo de 15 (quinze) dias para transferir as ações adquiridas no âmbito deste Programa para uma conta de depósito de ações de sua titularidade, mantida pela Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador”), bem como para autorizar que seja realizado, pelo Agente Escriturador, o bloqueio das referidas ações em razão de sua adesão do presente Programa.

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações aderidas/entregues	Quantidade de ações vencidas / caducadas	Quantidade de ações - saldo
23/08/17 - Programa 2017	903.896		2,31	200.674	703.222	-
- Lote Anual	903.896	3 anos		200.674	703.222	-
28/02/18 - Programa 2018	615.369		3,71	277.678	337.691	-
- Lote Anual	615.369	3 anos		277.678	337.691	-
Total das ações outorgadas	1.519.265			478.352	1.040.913	-

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.

A Companhia reconheceu o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$447 (R\$129 em 31 de dezembro de 2018), pois houve Contrato de Adesão ao referido Programa.

Em 2019 foram entregues 10.152 ações, referente à parte dos programas de 2017 e 2018, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$23, ambos contabilizados em reservas de capital. As ações entregues representaram uma diluição na participação dos acionistas menor que 0,01%.

Até 31 de dezembro de 2019, foram realizadas adesões de 468.200 ações, caso essas adesões permaneçam até o final do prazo de carência, a partir da sua data de adesão, seu percentual de diluição seria 0,07%.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos.

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
(Prejuízo) / Lucro antes da tributação	6.881	(12.589)	24.996	8.181
Exclusão de equivalência patrimonial	(34.819)	(40.045)	-	-
(Prejuízo) / Lucro antes da tributação ajustado	(27.938)	(52.634)	24.996	8.181
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	(9.523)	(17.919)	8.475	2.757
Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(6.705)	(12.632)	5.999	1.963
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	(2.818)	(5.287)	2.476	794
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas	1.029	2.351	1.385	2.702
Adições permanentes:				
Remuneração variável da Diretoria	530	660	530	660
Plano de opção de compra de ações / <i>Performance Share</i>	855	1.928	855	1.928
Outras	1.148	877	1.504	1.228
Exclusões permanentes:				
Opções exercidas	(1.504)	(636)	(1.504)	(636)
Remuneração variável da Diretoria	-	(478)	-	(478)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	-	-	(429)	(328)
Incentivos fiscais	-	-	(429)	(328)
IV - Taxa efetiva:				
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	(8.494)	(15.568)	9.431	5.131
Alíquota efetiva	30,40%	29,58%	37,73%	62,72%
V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos:	-	-	128	8
Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	-	-	128	8
VI - Ajustes extraordinários:	-	-	62	63
IRPJ e CSLL de exercício anterior	-	-	62	63
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V + VI)	(8.494)	(15.568)	9.621	5.202
IRPJ e CSLL - correntes	-	-	13.465	16.789
IRPJ e CSLL - diferidos	(8.494)	(15.568)	(3.844)	(11.587)
Total	(8.494)	(15.568)	9.621	5.202

(*) Refere-se às controladas Numeral 80, TPV e Pará, para as quais os créditos fiscais diferidos serão registrados quando da geração de resultados positivos futuros.

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

Ativo (passivo)	Controladora					
	31.12.2019			31.12.2018		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	18.894	7.147	26.041	13.268	4.851	18.119
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	3.232	1.163	4.395	3.587	1.291	4.878
Provisão para contingências	24.439	8.798	33.237	24.450	8.802	33.252
Amortização do ágio	(17.350)	(6.246)	(23.596)	(17.971)	(6.470)	(24.441)
Depreciação	(40.025)	(14.409)	(54.434)	(41.700)	(15.012)	(56.712)
Perda por desvalorização de ativos	5.892	2.121	8.013	6.334	2.280	8.614
Obrigações com poder concedente	25.182	9.066	34.248	22.764	8.195	30.959
Outras	9.905	3.725	13.630	13.332	5.039	18.371
Perdas atuariais	7.125	2.563	9.688	3.514	1.264	4.778
Total	37.294	13.928	51.222	27.578	10.240	37.818
Ativo	37.294	13.928	51.222	27.578	10.240	37.818

Ativo (passivo)	Consolidado					
	31.12.2019			31.12.2018		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	31.803	11.794	43.597	29.218	10.593	39.811
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	3.584	1.290	4.874	3.994	1.438	5.432
Provisão para contingências	25.654	9.235	34.889	26.396	9.503	35.899
Amortização do ágio	(27.216)	(9.798)	(37.014)	(27.837)	(10.021)	(37.858)
Depreciação	(46.028)	(16.570)	(62.598)	(47.979)	(17.272)	(65.251)
Perda por desvalorização de ativos	5.892	2.121	8.013	6.334	2.280	8.614
Obrigações com poder concedente	28.563	10.283	38.846	25.847	9.305	35.152
Outras	11.581	4.329	15.910	15.127	5.684	20.811
Precatórios a receber	(1.400)	(506)	(1.906)	(1.354)	(489)	(1.843)
Perdas atuariais	9.212	3.316	12.528	3.937	1.417	5.354
Total	41.645	15.494	57.139	33.683	12.438	46.121
Ativo	47.893	17.744	65.637	41.371	15.206	56.577
Passivo	(6.248)	(2.250)	(8.498)	(7.688)	(2.768)	(10.456)

Até 31 de dezembro de 2019, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Companhia e às suas controladas Tecon Vila do Conde, Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV.

25. RESULTADO POR AÇÃO

a) Resultado básico por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro do exercício	15.375	2.979
Média ponderada das ações	665.864.720	663.058.549
Resultado por ação básico	0,02309	0,00449

b) Resultado diluído por ação

Sobre o resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	31.12.2019	31.12.2018
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro do exercício	15.375	2.979
Média ponderada das ações	665.864.720	663.058.549
Efeitos potenciais de subscrição de opção de ações	3.763.001	8.399.345
Resultado por ação diluído	0,02296	0,00444

O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro.

26. PASSIVOS ATUARIAIS - ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Ernst & Young Serviços Atuariais S/S, tiveram como premissas básicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

<u>Hipóteses</u>	31.12.2019	31.12.2018
<u>Hipóteses econômicas:</u>		
Taxa de Desconto	3,38% a.a.	4,95% a.a.
Inflação Econômica	3,50% a.a.	4,00% a.a.
Inflação Médica (“HCCTR”)	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Fator Idade (“Aging Factor”)	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica	Inflação Econômica + Inflação Médica
<u>Hipóteses biométricas:</u>		
Tábua de Mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo
Rotatividade	10% (Santos Brasil Logística S.A.) e 5% (Demais empresas)	10% (Santos Brasil Logística S.A.) e 5% (Demais empresas)
Idade de Entrada em Aposentadoria	Homem: 65 anos Mulher: 62 anos	65 anos
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	40%	40%
<u>Outras hipóteses</u>		
Composição Familiar	<u>Participantes Ativos</u>	<u>Participantes Ativos</u>
	90% Casados	90% Casados
	Diferença de Idade Titular /	Diferença de Idade Titular /
	Esposa - 4 anos	Esposa - 4 anos
	<u>Participantes Assistidos</u>	<u>Participantes Assistidos</u>
	Família Real	Família Real

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia e suas controladas registraram provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
Valor presente das obrigações atuariais	3.969	4.109
Perdas atuariais calculadas	48.322	29.772
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	52.291	33.881

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Valor presente das obrigações atuariais	5.031	4.914
Perdas atuariais calculadas	62.562	36.550
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	67.593	41.464

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Saldo Inicial	33.881	28.895	41.464	33.879
Custo do serviço	1.584	1.795	2.083	2.254
Juros sobre a obrigação	3.069	3.225	3.757	3.778
Benefícios pagos no ano (-)	(684)	(911)	(809)	(1.118)
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	14.441	877	21.098	2.671
Saldo Final	52.291	33.881	67.593	41.464
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	14.441	877	21.098	2.671
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho) / Perda	(4.909)	(296)	(7.173)	(907)
Equivalência sobre (Ganho) / Perda	4.393	1.183	-	-
Efeito no patrimônio líquido	13.925	1.764	13.925	1.764

Análise de sensibilidade do passivo atuarial

	Controladora		Consolidado	
<u>Efeitos</u>	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Taxa de desconto -0,5% sobre a taxa nominal	58.617	37.450	75.996	45.876
Taxa de desconto +0,5% sobre a taxa nominal	46.893	30.783	60.436	37.636
Tábua de mortalidade -10%	55.526	34.894	71.764	42.699
Tábua de mortalidade +10%	49.459	32.319	63.941	39.564
Custos médicos +1,0% sobre a taxa real de crescimento	63.559	41.660	83.367	51.080
Custos médicos -1,0% sobre a taxa real de crescimento	39.896	27.935	51.903	34.119

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Nível de hierarquia	Controladora				Consolidado			
		31.12.2019		31.12.2018		31.12.2019		31.12.2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:									
Caixa e saldo em bancos	-	2.550	2.550	18.476	18.476	5.991	5.991	23.380	23.380
		2.550	2.550	18.476	18.476	5.991	5.991	23.380	23.380
Mensurados pelo custo amortizado:									
Contas a receber	2	81.352	81.352	67.949	67.949	120.432	120.432	113.369	113.369
Dividendos a receber	2	3.632	3.632	4.466	4.466	-	-	-	-
Precatórios a receber	2	-	-	-	-	5.605	5.605	5.422	5.422
		84.984	84.984	72.415	72.415	126.037	126.037	118.791	118.791
Valor justo por meio do resultado:									
Fundos de investimentos	2	105.912	105.912	170.593	170.593	260.385	260.385	230.283	230.283
Outras aplicações financeiras	2	159.067	159.067	-	-	159.067	159.067	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	792	792	-	-	792	792
		264.979	264.979	171.385	171.385	419.452	419.452	231.075	231.075
Passivo:									
Mensurados pelo custo amortizado:									
Empréstimos e financiamentos	2	60.143	60.603	205.347	208.714	77.925	78.386	227.395	229.529
Debêntures	2	299.985	302.757	-	-	358.471	364.588	-	-
Fornecedores	2	50.407	50.407	45.360	45.360	75.855	75.855	69.470	69.470
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2	3.665	3.665	720	720	3.665	3.665	720	720
Obrigações com poder concedente	2	949.640	1.178.446	917.350	1.171.722	1.075.986	1.332.112	1.031.017	1.316.398
Precatórios a pagar*	2	-	-	-	-	4.484	4.484	4.338	4.338
		1.363.840	1.595.878	1.168.777	1.426.516	1.596.386	1.859.090	1.332.940	1.620.455

* Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outros passivos”, no passivo não circulante.

Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

O valor justo desses derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para Dólar, Libor e CDI, divulgadas pela B3 – Brasil Bolsa Balcão.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a empréstimos e financiamentos. Tais operações não são utilizadas para fins especulativos.

O quadro a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A coluna “Recebimentos/Pagamentos” mostra os valores recebidos/pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e a coluna “Receita/Despesa” mostra o efeito reconhecido no resultado financeiro, associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos nesse exercício:

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
						Dez./2019	Dez./2018		
Controladora e consolidado	30.000	Out./2019	Associado à variação cambial	1.580	1.618	-	792	Variação cambial + 5,22%	CDI + 1,80% a.a.

b) Risco de mercado

As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

b.1) Risco cambial e análise de sensibilidade

As transações atreladas às moedas estrangeiras, dólar norte-americano e o euro, encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com valorização do dólar e do euro em relação ao real de 4,0% e 2,1%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2018.

A política da Companhia é gerenciar suas exposições considerando os fluxos previstos para o período subsequente de 12 meses, em média. Assim, a exposição líquida refere-se às amortizações superiores ao período estipulado na política.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não possuíam contrato de derivativo vigente. Suas controladas possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira e a Administração os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados cinco cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas. Além desse cenário, a CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento ou redução de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 30 de setembro de 2019. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável. Já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Consolidado				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	€	4,53	<u>15.771</u>	<u>-</u>	<u>3.943</u>	<u>7.886</u>	<u>(3.943)</u>	<u>(7.886)</u>
Dívida líquida			15.771	-	3.943	7.886	(3.943)	(7.886)

(*) O valor apresentado refere-se ao montante nominal dos contratos vigentes.

b.2) Exposição de juros e análise de sensibilidade

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A parte passiva das obrigações com poder concedente está exposta ao risco de flutuação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas estão sendo apresentados no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável os índices acumulados dos últimos 12 meses. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Controladora				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	4,40%	105.912	4.660	5.825	6.990	3.495	2.330
Outras aplicações financeiras	CDI	4,40%	<u>159.067</u>	<u>6.999</u>	<u>8.749</u>	<u>10.498</u>	<u>5.249</u>	<u>3.499</u>
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	CDI	4,40%	60.028	2.641	3.302	3.962	1.981	1.321
Debêntures	CDI	4,40%	299.985	13.200	16.499	19.797	9.899	6.598
Obrigações com poder concedente	IGP-M	7,32%	943.858	69.090	86.363	103.636	51.818	34.545
Obrigações com poder concedente	INPC	4,48%	<u>5.782</u>	<u>259</u>	<u>324</u>	<u>389</u>	<u>194</u>	<u>130</u>
Dívida líquida			1.044.674	73.531	91.914	110.296	55.148	36.765

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Consolidado				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	4,40%	260.385	11.457	14.321	17.185	8.593	5.728
Outras aplicações financeiras	CDI	4,40%	<u>159.067</u>	<u>6.999</u>	<u>8.749</u>	<u>10.498</u>	<u>5.249</u>	<u>3.499</u>
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	CDI	4,40%	60.028	2.641	3.302	3.962	1.981	1.321
Debêntures	CDI	4,40%	299.985	13.200	16.499	19.797	9.899	6.598
Debêntures	IPCA	4,31%	58.486	2.518	3.148	3.778	1.889	1.259
Obrigações com poder concedente	IGP-M	7,32%	1.070.204	78.339	97.924	117.508	58.754	39.169
Obrigações com poder concedente	INPC	4,48%	<u>5.782</u>	<u>259</u>	<u>324</u>	<u>389</u>	<u>194</u>	<u>130</u>
Dívida líquida			1.075.033	78.501	98.127	117.751	58.875	39.250

c) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão consolidada para perdas de crédito esperadas, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$14.334, representando 10,64% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2018, essa provisão era de R\$15.976, equivalente a 12,35%.

Também, a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	108.462	189.069	266.376	253.663
Outras aplicações financeiras	159.067	-	159.067	-
Contas a receber	81.352	67.949	120.432	113.369
Dividendos a receber	3.632	4.466	-	-
Precatórios a receber	-	-	5.605	5.422
Total	<u>352.513</u>	<u>261.484</u>	<u>551.480</u>	<u>372.454</u>

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Controladora						
	Saldo contábil 31.12.2019	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
<u>Passivo</u>						
Empréstimos e financiamentos	60.143	63.854	43.170	20.684	-	-
Debêntures	299.985	397.556	16.205	67.727	98.889	214.735
Fornecedores	50.407	50.407	35.386	15.021	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	3.665	3.665	3.665	-	-	-
Obrigações com poder concedente	949.640	1.689.173	99.284	158.787	157.425	1.273.677
Total	<u>1.363.840</u>	<u>2.204.655</u>	<u>197.710</u>	<u>262.219</u>	<u>256.314</u>	<u>1.488.412</u>

Consolidado						
	Saldo contábil 31.12.2019	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
<u>Passivo</u>						
Empréstimos e financiamentos	77.925	83.285	47.998	29.745	5.542	-
Debêntures	358.471	507.649	23.797	83.974	116.235	283.643
Fornecedores	75.855	75.855	60.834	15.021	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	3.665	3.665	3.665	-	-	-
Obrigações com poder concedente	1.075.986	1.865.112	111.213	182.645	181.283	1.389.971
Precatórios a pagar	4.484	4.484	-	4.484	-	-
Total	<u>1.596.386</u>	<u>2.540.050</u>	<u>247.507</u>	<u>315.869</u>	<u>303.060</u>	<u>1.673.614</u>

e) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais, como também o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital (“*Weighted Average Cost of Capital – WACC*”).

A dívida em relação ao capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Total dos passivos circulante e não circulante	1.532.567	1.312.562	1.843.738	1.517.204
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	(267.529)	(189.069)	(425.443)	(253.663)
Dívida líquida	<u>1.265.038</u>	<u>1.123.493</u>	<u>1.418.295</u>	<u>1.263.541</u>
Total do patrimônio líquido	1.352.384	1.341.127	1.352.384	1.341.127
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,93541	0,83772	1,04874	0,94215

28. EFEITOS NÃO CAIXA

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Aumento do intangível das obrigações com poder concedente	(77.793)	(110.595)	(96.312)	(111.234)
Aumento do intangível do arrendamento mercantil	-	-	(38.314)	-
Transações das atividades de investimentos	<u>(77.793)</u>	<u>(110.595)</u>	<u>(134.626)</u>	<u>(111.234)</u>

29. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2019, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
<u>Filial - Tecon Imbituba</u>			
Seguro de Operador Portuário - SOP:			Julho/2020
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	16.000	US\$	
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2020
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	75	R\$	
Danos corporais a terceiros	100	R\$	
Danos morais	20	R\$	

Controladora e Consolidado			
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2020
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	
<u>Filial - Tecon Santos</u>			
SOP:			Julho/2020
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	17.850	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	
Transporte de passageiros em embarcações (RC) e danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço	4.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2020
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	75	R\$	
Danos corporais a terceiros	100	R\$	
Danos morais	20	R\$	
<u>Santos Brasil Logística</u>			
SOP:			Julho/2020
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	20.000	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	
Responsabilidade civil ampla para CD - São Bernardo do Campo	50.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Transporte Rodoviário de Carga - RCTR-C	10.000	R\$	Dezembro/2020
Furto e desvio de carga - RCF-DC	10.000	R\$	Dezembro/2020
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2020
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos pessoais a terceiros	700	R\$	
Danos morais	90	R\$	

Controladora e Consolidado			
	Cobertura	Moeda	Vencimento
<u>Tecon Vila do Conde</u>			
SOP:			Julho/2020
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	7.600	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2020
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	
<u>Terminal de Veículos/TEV</u>			
SOP:			Julho/2020
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	1.000	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
<u>Institucional</u>			
Responsabilidade civil - Administradores e diretores	40.000	R\$	Junho/2020
Riscos nomeados - escritórios Santos e São Paulo	4.392	R\$	Abril/2020

30. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2019, existiam solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no montante de R\$2.084 (R\$1.925 em 31 de dezembro de 2018), as quais não estavam contabilizadas nestas informações trimestrais.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações a seguir que integram esta nota explicativa, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento.

A definição dos segmentos operacionais e a estrutura das demonstrações seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento dos negócios pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração.

As políticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme nota explicativa nº 3.

Segmentos operacionais

Terminais Portuários de Contêineres, representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio: (a) Tecon Santos; (b) Tecon Imbituba, incluindo o TCG Imbituba; e (c) Tecon Vila do Conde, cujos contextos operacionais estão descritos nas notas explicativas 1.a) e nº 1.d). Suas atividades são as de operador portuário de carga e descarga de navios porta-contêineres e as de recinto alfandegado em zona primária, incluindo, principalmente, a armazenagem das cargas movimentadas em seus cais.

A agregação dos terminais portuários de contêineres é efetuada por tratar-se de unidades de características econômicas semelhantes e, também, por terem semelhantes: (a) a natureza dos processos de produção; (b) o tipo ou a categoria de clientes de seus serviços; (c) os métodos usados para prestar os serviços; e (d) a natureza do ambiente regulatório.

Logística, com unidades de negócio em Santos, Guarujá, São Bernardo do Campo, São Paulo e Imbituba, cujo contexto operacional está descrito na nota explicativa nº 1.b), engloba, também, as atividades de transporte rodoviário, de centro de distribuição e de transporte de distribuição, em sinergia com os terminais portuários de contêineres.

Terminal de Veículos, com unidade de negócio no Porto de Santos e com histórico descrito na nota explicativa nº 1.c), engloba as atividades de embarque e desembarque de veículos em navios do fluxo comercial de exportação e importação e as atividades de pátio, principalmente armazenagem alfandegada.

Demonstrações

Demonstração do resultado até o EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA), representando o desempenho operacional das unidades, retratado pelas contas contábeis sob gestão direta dos administradores. Nessa demonstração também é apresentado o *Earnings Before Interest and Taxes* - EBIT.

Demonstração do capital empregado, representando as contas contábeis dos ativos operacionais, líquidos dos passivos relacionados aos créditos da operação, sob gestão direta dos administradores das unidades.

Em complemento às informações dos segmentos operacionais, estão destacadas em coluna própria nas demonstrações as informações das atividades institucionais que não podem ser atribuídas aos segmentos operacionais, ou seja, os valores relacionados: (a) à administração central; (b) à gestão financeira; e (c) aos tributos diretos sobre o lucro.

A seguir, as demonstrações citadas para os exercícios a que se referem estas demonstrações contábeis.

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2019

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	788.275	292.092	64.745	-	(9.833)	1.135.279
Deduções da receita	(97.520)	(54.881)	(11.201)	-	917	(162.685)
Receita operacional líquida	690.755	237.211	53.544	-	(8.916)	972.594
Custo dos serviços prestados	(532.000)	(166.755)	(32.729)	-	8.916	(722.568)
Custos variáveis / fixos	(431.937)	(150.305)	(17.368)	-	8.916	(590.694)
Depreciação / amortização	(100.063)	(16.450)	(15.361)	-	-	(131.874)
Lucro bruto	158.755	70.456	20.815	-	-	250.026
Despesas operacionais	(52.538)	(70.347)	(3.246)	(37.910)	-	(164.041)
Despesas com vendas	(41.024)	(64.146)	(2.542)	-	-	(107.712)
Despesas gerais e administrativas	(34.808)	(7.445)	(736)	(36.108)	-	(79.097)
Depreciação / amortização	(118)	(71)	-	(3.587)	-	(3.776)
Outras	23.412	1.315	32	1.785	-	26.544
EBIT	106.217	109	17.569	(37.910)	-	85.985
Depreciação / amortização	100.181	16.521	15.361	3.587	-	135.650
EBITDA (LAJIDA)	206.398	16.630	32.930	(34.323)	-	221.635
Resultado financeiro	-	-	-	(60.989)	-	(60.989)
Equivalência patrimonial	-	-	-	34.819	(34.819)	-
IRPJ / CSLL	-	-	-	(9.621)	-	(9.621)
Lucro líquido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	15.375

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2018

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	730.395	300.120	69.280	-	(14.190)	1.085.605
Deduções da receita	(98.141)	(55.096)	(12.163)	-	1.310	(164.090)
Receita operacional líquida	632.254	245.024	57.117	-	(12.880)	921.515
Custo dos serviços prestados	(495.621)	(153.567)	(37.930)	-	12.880	(674.238)
Custos variáveis / fixos	(402.909)	(140.602)	(23.148)	-	12.880	(553.779)
Depreciação / amortização	(92.712)	(12.965)	(14.782)	-	-	(120.459)
Lucro bruto	136.633	91.457	19.187	-	-	247.277
Despesas operacionais	(62.430)	(76.169)	(2.763)	(40.546)	-	(181.908)
Despesas com vendas	(42.366)	(70.916)	(2.157)	-	-	(115.439)
Despesas gerais e administrativas	(26.634)	(7.763)	(619)	(37.968)	-	(72.984)
Depreciação / amortização	(73)	(40)	-	(3.594)	-	(3.707)
Outras	6.643	2.550	13	1.016	-	10.222
EBIT	74.203	15.288	16.424	(40.546)	-	65.369
Depreciação / amortização	92.785	13.005	14.782	3.594	-	124.166
EBITDA (LAJIDA)	166.988	28.293	31.206	(36.952)	-	189.535
Resultado financeiro	-	-	-	(57.188)	-	(57.188)
Equivalência patrimonial	-	-	-	40.045	(40.045)	-
IRPJ / CSLL	-	-	-	(5.202)	-	(5.202)
Prejuízo líquido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.979

Em 31 de dezembro de 2019, as receitas de um cliente do segmento de terminais portuários representavam R\$129.637 (R\$148.939 em 31 de dezembro de 2018), equivalentes a 16,4% do total da receita bruta consolidada.

Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2019

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
<u>Capital empregado</u>						
Ativo circulante	134.040	22.959	9.505	433.824	(2.293)	598.035
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	266.376	-	266.376
Outras aplicações financeiras	-	-	-	159.067	-	159.067
Outros	134.040	22.959	9.505	8.381	(2.293)	172.592
Ativo não circulante	1.995.386	163.644	230.363	607.154	(398.460)	2.598.087
Outros	277.126	7.243	26	92.471	-	376.866
Investimento	-	-	-	398.460	(398.460)	-
Imobilizado	68.589	116.453	762	34.251	-	220.055
Intangível	1.649.671	39.948	229.575	81.972	-	2.001.166
Passivo circulante	(76.511)	(28.225)	(3.096)	(3.463)	2.293	(109.002)
Fornecedores	(40.683)	(19.221)	(2.113)	(75)	1.258	(60.834)
Outros	(35.828)	(9.004)	(983)	(3.388)	1.035	(48.168)
Passivo não circulante	(98.404)	(7.456)	(114)	(14.217)	-	(120.191)
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(29.811)	(7.456)	(114)	(112)	-	(37.493)
Outros	(53.572)	-	-	(14.105)	-	(67.677)
Total	1.954.511	150.922	236.658	1.023.298	(398.460)	2.966.929
<u>Fontes de capital</u>						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	126.710
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	54.076
Dividendos / Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	3.665
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	60.139
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	8.830
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	1.487.835
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	382.320
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	1.015.847
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	22.075
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	67.593
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.352.384
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.376.707
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	(24.323)
Total	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.966.929

31 de dezembro de 2018

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
Capital empregado						
Ativo circulante	108.233	26.198	9.328	268.193	(2.303)	409.649
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	253.663	-	253.663
Outros	108.233	26.198	9.328	14.530	(2.303)	155.986
Ativo não circulante	1.868.450	144.496	236.121	584.305	(384.690)	2.448.682
Outros	259.087	7.094	41	79.873	-	346.095
Investimento	-	-	-	384.690	(384.690)	-
Imobilizado	105.898	97.750	343	34.284	-	238.275
Intangível	1.503.465	39.652	235.737	85.458	-	1.864.312
Passivo circulante	(67.360)	(25.548)	(5.284)	(4.160)	2.304	(100.048)
Fornecedores	(35.601)	(16.046)	(4.197)	(107)	1.502	(54.449)
Outros	(31.759)	(9.502)	(1.087)	(4.053)	802	(45.599)
Passivo não circulante	(95.815)	(4.718)	(112)	(15.915)	-	(116.560)
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(33.453)	(4.718)	(112)	(36)	-	(38.319)
Outros	(47.341)	-	-	(15.879)	-	(63.220)
Total	1.813.508	140.428	240.053	832.423	(384.689)	2.641.723
Fontes de capital						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	199.509
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	130.129
Dividendos / Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	720
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	68.660
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	1.101.087
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	97.266
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	962.357
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	41.464
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.341.127
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.351.525
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	(10.398)
Total	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.641.723

Conselho de Administração

Verônica Valente Dantas (Presidente)
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim (Vice-Presidente)
Valdecyr Maciel Gomes
Eduardo de Britto Pereira de Azevedo
Ricardo Schenker Wajnberg (Independente)
José Luis Bringel Vidal (Independente)
Felipe Villela Dias (Independente)

Diretoria

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente e Diretor de Operações
Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
Ricardo dos Santos Buteri - Diretor Comercial

Conselho Fiscal

Gilberto Braga (Presidente)
Leonardo Guimarães Pinto
Luis Fernando Moran de Oliveira

Thiago Otero Vasques - CRC nº 1 SP 238735/O-0
Contador